

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS**

CLARISSA HELENA BASSO

**“POR MAIS MULHERES SANTAS E MENOS IDEOLOGIA”:**

Antifeminismo e Guerra Cultural na Produção Visual da Extrema Direita no Brasil (2022)

Uberlândia

2025

CLARISSA HELENA BASSO

**“POR MAIS MULHERES SANTAS E MENOS IDEOLOGIA”:**

Antifeminismo e Guerra Cultural na Produção Visual da Extrema Direita no Brasil (2022)

Monografia apresentada ao Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito à obtenção do título de graduação em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Spini

Uberlândia

2025

CLARISSA HELENA BASSO

**“POR MAIS MULHERES SANTAS E MENOS IDEOLOGIA”:**

Antifeminismo e Guerra Cultural na Produção Visual da Extrema Direita no Brasil (2022)

Monografia apresentada ao Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito à obtenção do título de graduação em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Spini

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Spini – INHIS – UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – INHIS – UFU

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lara Lopes – SME

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa começou a partir de um incômodo, de algumas perguntas que surgiram diante de um cenário um tanto confuso, duro e, muitas vezes, desanimador. À medida que o interesse pela extrema-direita, pelo negacionismo e pelos usos distorcidos do passado surgia, não apenas pela curiosidade acadêmica, mas de uma vontade de compreender, mesmo que minimamente, as “forças” que moldavam o presente brasileiro.

Assim, começo os agradecimentos ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia pela formação sólida e comprometida. Em especial, à professora Ana Paula Spini, que esteve presente como orientadora em todas as etapas deste trabalho, oferecendo orientação, escuta e confiança. Sem ela, eu teria desistido. Além disso, agradeço às professoras Maria Elizabeth e Lara pela participação na banca, por sua disponibilidade, avaliação, atenção e leitura deste trabalho.

Ainda agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, Jaqueline e Marcos, pelo apoio constante ao longo da graduação e da vida. Aos meus avós e tios, que, de diferentes formas, sempre acreditaram em mim, a todos deixo o meu carinho e reconhecimento.

Por fim, agradeço à minha amiga Heloisa Ayumi, que esteve ao meu lado nos melhores e piores momentos, partilhando essa caminhada chamada graduação. Ainda agradeço a um amigo muito especial, Marcos, cuja fé em mim sempre significou mais do que ele imagina.

“E se mudasse esse ponto de vista  
E o falo fosse a vítima  
O que o povo ia falar?”  
(MULAMBA)

## RESUMO

A presente pesquisa enquadra-se no âmbito da ascensão da nova direita brasileira e da crescente influência da produtora Brasil Paralelo no debate público. Dessa forma, analisa-se a atuação da empresa e, em especial, o documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022), problematizando as estratégias discursivas e audiovisuais utilizadas para disseminar antifeminismo, deslegitimar o conhecimento acadêmico e reforçar valores conservadores no âmbito da chamada “guerra cultural” do Brasil contemporâneo. Em outras palavras, o objetivo é, de um lado, compreender como a produtora constrói seus discursos antifeministas e de que forma legitima suas narrativas, por outro, busca-se também refletir quais são os efeitos dessa produção na recepção do público e no campo educacional. De modo que, para isso, metodologicamente, o estudo teve como base aportes da historiografia contemporânea, da história cultural, da memória coletiva e da teoria feminista para analisar como a Brasil Paralelo disputa sentidos de gênero, identidade e conhecimento histórico, mas também a análise filmica e documental, voltada à linguagem audiovisual, estratégias narrativas; e construção estética e a etnografia digital, com a coleta e análise da repercussão dos consumidores da BP em redes sociais (YouTube e Facebook). Por conclusão, é demonstrado que a empresa atua como um dos agentes ativos da guerra cultural brasileira, disputando a memória histórica, deslegitimando o feminismo e as universidades, além de promover um projeto conservador baseado na sustentação das hierarquias de gênero e nos valores religiosos moralizantes. Ou seja, a análise mostra que, ao mobilizar simplificações históricas, recursos estéticos e especialistas “alternativos”, o feminismo e a produção acadêmica são transformados em inimigos simbólicos da família tradicional e da moral cristã. Ainda, pode ser observado, através da formação de uma comunidade engajada, que ela está mobilizada em torno do ressentimento e da nostalgia, sustentada por repertórios de anticomunismo, conservadorismo e cristianismo político. Assim, conclui-se que a Brasil Paralelo não se limita a produzir entretenimento, mas consolida-se como agente central na disputa pelo monopólio da memória e da verdade histórica, contribuindo para a radicalização política e para o enfraquecimento das instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

**Palavras-chave:** Antifeminismo; Extrema Direita; Brasil Paralelo; Guerra Cultural; Conservadorismo.

## ABSTRACT

This research is framed within the rise of the Brazilian New Right and the growing influence of the media producer Brasil Paralelo in public debate. Thus, it examines the company's activities, with particular attention to the documentary *A Face Oculta do Feminismo* (2022), problematizing the discursive and audiovisual strategies employed to construct an antifeminist project, delegitimize academic knowledge, and reinforce conservative values within the so-called "culture war" in contemporary Brazil. In other words, the study aims, on the one hand, to understand how the producer constructed her anti-feminist discourses and how it legitimizes its narratives, and on the other, it also seeks to reflect on the effects of this production on public reception and in the educational field. Therefore, methodologically, the study was based on contemporary historiography, cultural history, collective memory, and feminist theory to analyze how Brasil Paralelo contests meanings of gender, identity, and historical knowledge within the context of the culture war, but also in film and documentary analysis, and digital ethnography, focused on audiovisual language, narrative strategies, and aesthetic construction, as well as on the collection and analysis of reactions on social media (YouTube and Facebook). The findings demonstrate that Brasil Paralelo operates as an active agent in the Brazilian cultural war, disputing historical memory, delegitimizing feminism and universities, and promoting a conservative project based on upholding gender hierarchies and moralizing religious values. So, the analysis shows that the documentary mobilizes historical simplifications, aesthetic resources, and "alternative experts" to transform feminism and academic production into symbolic enemies of the traditional family and Christian morality. Furthermore, the formation of an engaged community can be seen, mobilized around resentment and nostalgia, sustained by repertoires of anti-communism, conservatism, and political Christianity. Lastly, the study concludes that Brasil Paralelo is not merely an entertainment producer but a central agent in the dispute over the monopoly of memory and historical truth, contributing to political radicalization and to the weakening of educational and research institutions in Brazil.

**Keywords:** Antifeminism; New Right; Brasil Paralelo; Culture Wars; Conservatism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Cartaz do documentário A Face Oculta do Feminismo (2022).....	22
Figura 2 – Página do documentário na plataforma de streaming. ....	23
Figura 3 – Monstro de Frankenstein (animação inicial).....	24
Figura 4 – Capturas do Time-Lapse da História do Movimento.....	26
Figura 5 – Os entrevistados (Ana Campagnolo) .....	33
Figura 6 – As Entrevistadas (Thais Azevedo; Cristiane Corrêa e Mariana Brito) .....	34
Figura 7 – Os entrevistados (Marcus V. Lins e Felipe Nery).....	34

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA SOB ATAQUE: SURGIMENTO E EXPANSÃO DA BRASIL PARALELO .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>SEGUINDO O ROTEIRO: AS FACES OCULTAS DO ANTIFEMINISMO ....</b>	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Entre a estética e o discurso em A Face Oculta do Feminismo (2022) .....</b>	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Mulheres contra o feminismo? Os entrevistados como autoridade e legitimação.</b>	<b>37</b>
<b>3.3</b>	<b>O público responde: os comentários como campo de recepção ativa .....</b>	<b>40</b>
<b>3.4</b>	<b>Projeto de Sociedade: conservadorismo, anticomunismo e cristianismo no Brasil Paralelo .....</b>	<b>50</b>
<b>4</b>	<b>A DESLEGITIMAÇÃO DO SABER: BRASIL PARALELO CONTRA UNIVERSIDADE E ESCOLA .....</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>69</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O *feed* rola sem parar. Entre memes, notícias e debates acalorados, um vídeo sugere que tudo o que você aprendeu sobre feminismo pode estar errado. Nos comentários, centenas de interações confirmam: “Parabéns a essas mulheres que não se deixam influenciar por movimentos idiotas”<sup>1</sup>, “muito obrigado pela sensatez e pelo altíssimo grau de inteligência e sabedoria, isso as torna ainda mais lindas e atraentes aos olhos do Homem Alpha que buscam uma companheira de jornada e não apenas uma aventura!”<sup>2</sup>. Ou até mesmo: “Como bem foi falado no final do vídeo: trata-se de uma rebeldia sistematizada, que, há muito tempo, vem causando estragos na vida de muitas mulheres”<sup>3</sup>. De modo que, nesse cenário, em tempos de algoritmos e bolhas sociais, a disputa pelo passado se torna também uma batalha pelo presente. Em outras palavras, esta pesquisa investiga a relação entre a Brasil Paralelo e suas narrativas sobre mulheres, feminismo e gênero, inserindo-se em um jogo maior de disputas ideológicas e pela memória histórica, agora travadas não apenas nos livros, mas nas telas e nos usuários.

Sendo assim, optou-se pelas produções audiovisuais e midiáticas da empresa Brasil Paralelo, com foco na construção e disseminação de narrativas sobre feminismo, gênero e a representação das mulheres. De maneira a analisar não apenas as figurações e discursos mobilizados pela produtora, mas também a recepção dessas narrativas e seu impacto na sociedade contemporânea, incluindo o campo educacional. Isto é, examina como a empresa se articula nestes meios e como seus consumidores se apresentam. Afinal, aqui se pretende compreender as representações e reinterpretações da memória histórica das lutas feministas e seu ressoar no debate público e na opinião coletiva.

Dessa maneira, a pesquisa fundamentou-se em duas frentes complementares de análise: a produção audiovisual da empresa em estudo e as interações de seus consumidores nas plataformas digitais. Assim, foram levantadas diversas fontes, dentre elas uma seleção de artigos, notícias, documentários e vídeos produzidos pela empresa. Destes foram escolhidos aqueles que estavam essencialmente ligados às narrativas sobre feminismo e gênero, mas uma peça central desse trabalho consiste no documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022), que questiona as verdades do movimento feminista, destacando críticas e reinterpretando seu impacto histórico e social.

---

<sup>1</sup> Comentário de usuário (Gênero não identificado), no vídeo *O que não te contaram sobre o feminismo | HOJE, às 20H*. Publicado no canal Brasil Paralelo, Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/lXl6uDfhBWY?si=Rlnw0p-vpUE584ts>. Acesso em: 24 fev. 2025.

<sup>2</sup> Comentário de usuário (masculino), Ibidem.

<sup>3</sup> Comentário de usuário (masculino) em, Ibidem.

Assim, tal material foi examinado à luz da análise filmica e documental. Para isso, recorreu-se a referenciais de análise cinematográfica, que permitem compreender os modos de construção narrativa, os dispositivos visuais e sonoros e as estratégias de legitimação de discursos (JULLIER, MARIE, 2009; VANOYE, GOLIOT-LETE, 2006). Além disso, considera-se ainda a tradição dos estudos sobre documentário, que problematiza os modos de representação da realidade, a relação ética e política entre cineasta e público e a forma como tais obras configuram identidades, valores e ideologias (NICHOLS, 2005). De modo a compreender, segundo seus produtores, os supostos impactos negativos do ideal de independência feminina e liberdade sexual, tal qual sobre as análises das fases do movimento, mitos e verdades ocultas, mas essencialmente desconstruir narrativas progressistas enraizadas na sociedade brasileira.

Nessa lógica, ainda é possível compreender que a decisão de uma empresa produzir documentários não é neutra, mas uma escolha política que reivindica um modo específico de apresentar o mundo como verdadeiro. Isto é, essa opção mostra que a ideia é, em certa medida, “instilar a crença” nos espectadores por meio do vínculo entre imagem, som e mundo histórico, estimulando-os a aceitar o que vemos no filme como real (NICHOLS, 2005, p. 27). Dessa forma, mesmo quando incorporam elementos ficcionais, esse tipo de obra continua a se apoiar na suposição de que suas imagens mantêm uma relação “indexadora” com a realidade, o que fortalece sua autoridade e o impacto de seus argumentos (NICHOLS, 2005, p. 64-68). Assim, ao optar pelo documentário, a empresa assume apresentar determinadas interpretações da realidade como mais legítimas ou mais próximas da verdade que outras, operando dentro da tradição retórica própria do gênero, que visa persuadir o público e direcionar seu entendimento sobre questões sociais (NICHOLS, 2005, p. 42-43).

No segundo eixo, a investigação voltou-se à recepção do produto audiovisual em questão. Para isso, empregou-se um procedimento inspirado na etnografia digital (COLETIVA CIBORGA, 2022; POLIVANOV, 2014), onde, com o auxílio de ferramenta de extração de dados, *Web Scraper*<sup>4</sup>, foram coletados comentários de usuários em 22 postagens das páginas oficiais da empresa, no Facebook e no YouTube, totalizando aproximadamente 1.800 entradas. Então, esse corpus foi sistematizado e lido integralmente, de modo a identificar regularidades discursivas e recorrências temáticas, permitindo a emergência de eixos de sentido

---

<sup>4</sup> Web Scraper é uma extensão gratuita para navegadores, utilizada para extração automatizada de dados estruturados em páginas web. Essa ferramenta permite configurar seletores, mapear elementos do site e exportar as informações coletadas em diferentes formatos. Disponível em: <https://webscraper.io>. Acesso em: 30 ago. 2025.

compartilhados pelos consumidores, na qual o procedimento buscou compreender os modos de adesão, ressignificação e legitimação das narrativas produzidas pela empresa em seu público-alvo. Desse modo, a metodologia do presente trabalho buscou combinar a análise historiográfica e discursiva das produções audiovisuais com uma observação etnográfica digital da recepção, a fim de evidenciar um projeto moralista e conservador comum à nova direita brasileira, cuja adesão vem de vários segmentos sociais.

Para além da metodologia, a presente pesquisa dialoga com referenciais da historiografia contemporânea para problematizar a atuação da produtora Brasil Paralelo no campo das disputas de memória, identidade e conhecimento histórico. Assim, a reflexão parte da história cultural, em que Burke (2005) destaca a necessidade de compreender a cultura em suas práticas, símbolos e representações, permitindo observar como a produtora mobiliza repertórios como família, religião e moralidade para produzir adesão emocional e identidade política. Por outro lado, é Chartier (2002) que amplia esse olhar ao evidenciar que toda produção discursiva deve ser entendida em suas formas de recepção e apropriação social, o que ilumina a maneira como a Brasil Paralelo dialoga com públicos específicos, moldando sensibilidades e consolidando comunidades interpretativas.

Tal qual, Certeau (1982) acrescenta a dimensão da operação historiográfica, ressaltando que toda escrita da história é atravessada por lugares sociais e estratégias de poder, o que permite compreender as produções da empresa não apenas como narrativas sobre o passado, mas como práticas sociais que articulam poder, saber e mercado. Além disso, soma-se ainda a contribuição de Halbwachs (1990), ao evidenciar como a memória coletiva estrutura identidades por meio de quadros sociais compartilhados, e de Hartog (2014), cuja noção de regimes de historicidade explicita a ascensão do presentismo como horizonte dominante, no qual o passado é submetido à lógica imediatista da legitimação de projetos políticos e culturais contemporâneos. Em outras palavras, o que se põe em voga é a noção de que a historicidade pode servir como instrumento crítico para revelar como o tempo é manipulado ideologicamente, tal qual quem controla a narrativa do passado e a visão de futuro controla a legitimidade das ações no presente (HARTOG, 2014, p. 140-149).

Ainda, em diálogo com esses referenciais historiográficos, a pesquisa ancora-se principalmente em teorias feministas, que problematizam a naturalização das diferenças sexuais e a produção social das identidades. Dentre elas, Scott (1995) fornece a categoria de gênero como ferramenta analítica fundamental para compreender relações de poder e disputas simbólicas, enquanto Butler (2017; 2019) e Lauretis (2019) permitem pensar a

performatividade e a tecnologia de gênero como processos históricos e políticos, rompendo com concepções essencialistas.

Nesse sentido, *gênero* nesta pesquisa pode ser compreendido a partir de duas frentes, em primeiro lugar, como uma categoria histórica responsável por organizar relações sociais a partir das diferenças culturalmente atribuídas aos sexos. Nessa perspectiva, Scott (1995) o define como um elemento constitutivo das relações sociais, este baseado nas diferenças percebidas e construídas entre homens e mulheres, tal qual, como uma forma de significar relações de poder. Assim, a autora ressalta que gênero não corresponde a essências naturais, mas a construções simbólicas e sociais que instauram e legitimam hierarquias, rompendo, portanto, com leituras assentadas em determinismos biológicos e afirmando o gênero como ferramenta capaz de evidenciar como discursos, instituições e práticas sustentam desigualdades.

Por outro lado, Butler (2019) enfatiza a dimensão *performativa do gênero*, argumentando que ele não se constitui como identidade fixa, mas como efeito reiterado de atos corporais e normas culturais contínuas. Para a autora, são produzidos por práticas repetidas que conferem aparência de estabilidade a algo que é, de fato, processual. Assim, “ser” um gênero implica participar de uma coreografia social que regula comportamentos, delimita desvios e, ainda assim, abre espaço para contestação e reformulação. Dessa maneira, o gênero se apresenta menos como categoria descritiva e mais como processo histórico em permanente disputa.

Em suma, o trabalho estrutura-se em três partes principais: a análise da Brasil Paralelo enquanto produtora de narrativas históricas e de discursos ideológicos; a investigação em como as produções representam questões de gênero e feminismo, além de compreender também seu papel na legitimação de um movimento antifeminista de base conservadora; e mesmo a avaliação desses conteúdos ressoando na esfera pública e educacional. Afinal, atualmente, o Brasil vivencia um processo de radicalização política e social, marcado pela ascensão da nova direita e pelo questionamento de consensos científicos e sociais<sup>5</sup>. Nesse cenário, muitas das pautas voltam ao debate, por meio de reatualizações do movimento reacionário, bem como as discussões sobre gênero, feminismo e direitos das mulheres tornam-se palco de disputas acirradas. O que, em outras palavras, significa que a pesquisa se enquadra no contexto brasileiro das movimentações da extrema direita e, mais especificamente, no âmbito das redes digitais como ambientes de expressão dessa nova força política.

---

<sup>5</sup> PYL, Bianca. Às ‘margens da ciência’: Pesquisadora explica como a Brasil Paralelo surfou no processo de radicalização da direita. *Intercept Brasil*, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/24/como-a-brasil-paralelo-surfou-na-radicalizacao-da-direita/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Então, a empresa Brasil Paralelo desempenha um papel central nesse âmbito, uma vez que, alcançando uma audiência massiva, com mais de 400 mil assinantes e 4,4 milhões de inscritos no YouTube<sup>6</sup>, se insere na mídia para “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”<sup>7</sup> através do jornalismo, entretenimento e educação. Embora se apresente como uma produtora independente e apartidária, sua atuação tem sido amplamente analisada por pesquisadores como um vetor de discursos negacionistas, revisionistas, reacionários, conservadores e, em alguns casos, conspiratórios<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup>CANAL BRASIL PARALELO. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCKDjjeeBmdaiicey2nImISw>. Acesso em: 13 jun. 2025.

<sup>7</sup>BRASIL PARALELO. Sobre nós. Brasil Paralelo, 2025. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2025.

<sup>8</sup> CLETO, Murilo Prado. *Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime Militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

## 2 A HISTÓRIA SOB ATAQUE: SURGIMENTO E EXPANSÃO DA BRASIL PARALELO

Na disputa pela memória nacional, a Brasil Paralelo (BP) reescreve sua própria versão da história. Fundada em 2016, a empresa surgiu no contexto da crise econômica e política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, momento esse em que os fundadores perceberam uma demanda por conteúdos que não só questionassem a hegemonia da esquerda nos espaços de poder, mas, melhor dizendo, visualizaram através das redes um terreno fértil para sua missão educacional<sup>9</sup>. Em poucas palavras, a empresa consiste numa produtora de conteúdo audiovisual, que se apresenta como uma empresa independente, com o propósito maior de “resgatar valores, ideias e sentimentos no coração dos brasileiros”<sup>10</sup>, promovendo uma visão alternativa da história e da política nacional.

A partir desse cenário, a empresa surge, segundo eles, para todos os brasileiros, sem exclusões, onde “somente o que é bom é resgatado porque a empresa não adere ao relativismo”<sup>11</sup>. Já que “o único objetivo da Brasil Paralelo é informar o público produzindo conteúdos totalmente despidos de qualquer ideologia política”<sup>12</sup>. No entanto, tanto sua pluralidade quanto seu relativismo podem ser questionados, afinal sua linha editorial evidencia, segundo estudos sobre a produtora, um viés ideológico conservador, reacionário, ultraliberal, revisionista, alinhado à direita e à extrema-direita brasileira, tal qual negacionistas, anti-intelectualistas e até mesmo conspiratórias (CLETO, 2024; FELINTO, 2023; BRITO, RODRIGUES JUNIOR, 2021; BRITTO, 2023; SANTOS, 2021).

De acordo com sua narrativa institucional, os sócios fundadores da Brasil Paralelo utilizaram estratégias digitais para expandir sua base de consumidores, mobilizando um público conservador insatisfeito com a mídia tradicional, já que a empresa teria identificado uma demanda por conteúdos que abordassem a conjuntura nacional sob uma perspectiva “alternativa”, como dito anteriormente. No entanto, isso ressaltava para eles mais uma ausência de espaço para determinados intelectuais na grande mídia, esses que passaram a compor o núcleo central da produtora, figurando recorrentemente suas produções e referências<sup>13</sup>. Desse

---

<sup>9</sup> BRASIL PARALELO. *O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa*. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

<sup>10</sup> BRASIL PARALELO. *Sobre Nós*. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> BRASIL PARALELO. *O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa*. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025

modo, a Brasil Paralelo se posicionou como mediadora entre esses dois espaços, mas também nas produções de (des)informações.

O êxito dessa estratégia é inegável: em apenas seis anos de atuação, tornou-se a empresa de mídia por assinatura mais expressiva do país, alcançando 377 mil membros ativos em 2022, número que continuou crescendo nos anos seguintes, impulsionado por um aumento significativo principalmente, durante as candidaturas para eleições do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018 e 2022) e no período pandêmico, a partir de 2020 (BRITTO, 2023; CLETO, 2024).<sup>14</sup> Nesse contexto, a BP consolidou-se como uma das principais plataformas de difusão de teorias revisionistas, conservadoras, e anticientíficas, cujos discursos buscam deslegitimar instituições e, consequentemente, enfraquecer a democracia, ampliando o cenário de desinformação e caos cognitivo característico da guerra cultural<sup>15</sup> no Brasil (BRITTO, 2023; FELINTO, 2023; SANTOS, 2021).

Sendo assim, a empresa de um lado surge e se estabelece num Brasil marcado pelo acirramento da polarização política e pela descrença em instituições tradicionais, especialmente após a Operação Lava Jato expor esquemas de corrupção envolvendo figuras de diversos espectros políticos, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, a forma como essa crise foi interpretada e mobilizada por determinados setores da sociedade seguiu uma lógica específica, baseada em uma cosmovisão alinhada à direita, ou seja, a produtora surge num momento em que se constrói uma narrativa central, especialmente em relação ao processo de impeachment, baseado num antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais. Nesse sentido, o PT foi identificado como o principal responsável tanto pela crise econômica quanto pela corrupção sistêmica, de maneira que essa leitura da conjuntura política fortaleceu discursos que rejeitavam não apenas o partido político, mas também instituições como a grande mídia e as universidades, frequentemente acusadas por esse setor de promover uma “doutrinação marxista” (SANTOS, 2021). O que, para autores como Cleto (2024) e Santos (2021), também poderia ser visto como uma “nova onda” de anticomunismo emergente.

---

<sup>14</sup> Atualmente, segundo o site oficial, os números de assinatura superam 400mil membros. Além de mais de 3,6 milhões inscritos no canal do Youtube e cerca de 6 milhões de seguidores nas redes sociais somadas. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

<sup>15</sup> O conceito de “guerra cultural” surgiu no contexto da unificação alemã no século XIX, ligado a disputas entre projetos seculares e religiosos. Posteriormente, foi apropriado nos Estados Unidos para designar conflitos em torno de etnia, religiosidade e sexualidade e mais especificamente é com Hunter (1991) que se define a guerra cultural como hostilidade política e social, cujo objetivo é a imposição de um ethos cultural e moral sobre os demais. No Brasil contemporâneo, o termo tem sido utilizado para descrever disputas de narrativas históricas, políticas e culturais, muitas vezes instrumentalizadas por grupos de direita e extrema-direita. (BRITO; RODRIGUES JÚNIOR, 2021).

Entretanto, se insere também nesse panorama a crise econômica, que contribuiu para o crescimento da BP, uma vez que a insatisfação com a recessão de 2014-2016 e o desemprego crescente levou parte da população a buscar explicações para os problemas nacionais, encontrando respaldo na retórica ultraliberal (BRITTO, 2023, p. 40-55). De modo que a empresa não só refletiria o momento conturbado e de ascensão de movimentos de uma nova direita, agora não mais envergonhada<sup>16</sup>, como também soube se aproveitar desse ambiente para consolidar sua posição no ecossistema midiático conservador brasileiro.

Nesse cenário, desde sua fundação, a BP expandiu significativamente sua atuação, inserindo-se de forma mais ampla no cenário político e cultural brasileiro. Inicialmente restrita à produção de documentários e conteúdos audiovisuais voltados à internet, a empresa diversificou suas estratégias de influência, incorporando materiais educativos, cursos de formação e parcerias institucionais com universidades e escolas. Nesse sentido, sua presença passou a integrar um contexto de radicalização política crescente, em que a disputa por narrativas se intensificou e alcançou novos espaços da vida social. A partir disso, a empresa tem investido num modelo de negócios orientado a consolidar sua presença no campo educacional, elaborando materiais didáticos e estabelecendo convênios com instituições de ensino, como a licenciatura em História oferecida pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro<sup>17</sup>.

Entretanto, essa atuação também tem sido alvo de críticas por parte de veículos de comunicação alinhados à esquerda<sup>18</sup>, que nesse caso problematizam o impacto da produtora na formação acadêmica e na produção do conhecimento histórico. O que evidencia o interesse da Brasil Paralelo em obter legitimidade educacional, moldando a formação de futuros professores e historiadores segundo um viés ideológico próprio. A iniciativa se mostra ainda mais explícita quando comparada à sua iniciativa em promover bolsas de graduação através do seu projeto Mecenas<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> O termo “direita envergonhada” foi utilizado em referência a Timothy Power, cientista político, para descrever o fenômeno em que setores da direita brasileira, buscaram se dissociar da imagem do autoritarismo militar, passando a se autodenominar como parte do “centro” político (apud. BRITTO, 2023, p. 57-58).

<sup>17</sup> REDAÇÃO BRASIL PARALELO. *Conheça o Projeto Mecenas, a iniciativa social da Brasil Paralelo*, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

<sup>18</sup> AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história. *Agência Pública*, 17 de junho de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

<sup>19</sup> O Projeto Mecenas é uma iniciativa social da Brasil Paralelo, onde os membros assinantes concedem bolsas de acesso à plataforma. No entanto, o projeto expandiu-se para financiar graduações em História, apoiar financeiramente instituições de ensino e distribuir assinaturas gratuitas para complementar aulas. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

Por outro lado, o financiamento da Brasil Paralelo provém, majoritariamente, das assinaturas de seus membros e, em menor medida, do Projeto Mecenas, ao menos é o que eles declaram sempre. No entanto, diante dos altos custos envolvidos na produção de seus conteúdos, nos investimentos em anúncios digitais e na ampliação de sua infraestrutura, surgem questionamentos sobre a real transparência de suas receitas. Como destaca Cleto (2024), há um paradoxo na alegação da produtora sobre a legitimidade de um conteúdo supostamente financiado exclusivamente por recursos privados, uma vez que, ao contrário do dinheiro público que possui mecanismos regulatórios de transparência, empresas de capital fechado não estão sujeitas a esse mesmo nível de escrutínio. Assim, embora os sócios da Brasil Paralelo neguem qualquer vínculo ou financiamento, pouco mencionam sobre aportes provenientes de empresas privadas, o que abre espaço para especulações sobre possíveis relações entre a produtora e *think tanks* ultraliberais, como o Instituto Millenium, o Instituto Liberal, o Instituto Mises Brasil, o Instituto Liberdade e o Instituto Atlas (BRITTO, 2023, p. 91).

Além disso, é a partir de reportagens e da própria tentativa de clarear as questões sobre financiamento da empresa, que o autor Britto (2023) aponta possíveis empresários ligados ao setor ultraliberal, destacando-se nomes como Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, bem como a influência de *think tanks* alinhados a uma agenda econômica de desregulamentação e privatização (BRITTO, 2023, p. 75-93). Tal qual, segundo Cleto (2024), um dos principais investimentos da BP concentra-se no impulsionamento de seus conteúdos nas plataformas digitais e nota que entre agosto de 2020 e junho de 2024, a Brasil Paralelo foi a empresa brasileira que mais investiu em publicidade na Meta, totalizando aproximadamente R\$ 25 milhões em anúncios pagos, sendo R\$ 16,3 milhões apenas em anúncios classificados como “temas sociais, eleições ou política” (CLETO, 2024, p. 34). Esse dado evidencia uma das centralidades da estratégia de marketing da produtora, que se caracteriza por um alto nível de profissionalismo na captação de assinantes por meio de promoções, *teasers* e conteúdos gratuitos, além de um agressivo impulsionamento de suas produções em mecanismos de busca como o Google e redes sociais como o YouTube (BRITTO, 2023, p. 83-87).

Ao mesmo tempo, embora a Brasil Paralelo se autodefinha como uma produtora apartidária e desvinculada de qualquer ideologia política, sua inserção no espectro da nova direita brasileira é evidente. Afinal, a iniciativa privada se posiciona não só de forma contrária a pautas progressistas, mas tenta promover discursos de enfrentamento ao chamado “marxismo cultural” e à “doutrinação ideológica”. Como nota Carvalho (2021), suas produções frequentemente revisitam eventos históricos e debates contemporâneos, principalmente sob uma perspectiva revisionista, buscando deslegitimar conquistas sociais e acadêmicas. Dessa

maneira, a relação da produtora com esse espectro político não se dá apenas por meio do alinhamento, mas também pelo apoio e endosso de figuras públicas associadas, como Olavo de Carvalho e Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente e deputado (CLETO, 2024).

Ainda assim, a Brasil Paralelo tem buscado se desvincular de associações explícitas com o bolsonarismo e o olavismo, apesar das conexões históricas que mantém com esses movimentos. Uma vez que a ascensão da produtora se deu em meio ao fortalecimento da base ideológica bolsonarista, sendo beneficiada pela recomendação de canais alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro logo após sua eleição em 2018 (CLETO, 2024, p. 19). Mas também no interior da BP, intelectuais ligados ao pensamento olavista exercem influência central, contribuindo para a formulação de uma estratégia discursiva baseada na reinterpretação da história nacional. Como apontam estudos sobre o tema, os sócios fundadores foram influenciados por Olavo de Carvalho e passaram a conceber a produtora como uma organização militante, cujo objetivo seria “recuperar” a história do Brasil e produzir consenso sobre determinadas narrativas e eventos históricos, sem compromisso com critérios metodológicos rigorosos, mas com forte apelo comercial (SANTOS, 2021; CLETO, 2024). Não se pode ignorar, também, que o próprio “guru da direita” foi um dos principais divulgadores dos conteúdos da empresa, mobilizando sua audiência para impulsionar campanhas de financiamento e aumentar a visibilidade da produtora (BRITTO, 2023, p. 78).

Nesse sentido, os discursos centrais da Brasil Paralelo giram em torno da defesa de valores tradicionais, como a moral cristã, o nacionalismo e a liberdade econômica. Entre seus principais pilares ideológicos estão o anticomunismo, a defesa do livre mercado e a exaltação da família tradicional, elementos amplamente difundidos em seus documentários, artigos e materiais educativos, que se apresentam como uma alternativa às narrativas predominantes em escolas e universidades. Essa abordagem se materializa na diversidade de formatos adotados pela produtora, que vão desde vídeos curtos e *lives* (transmissão ao vivo) até superproduções documentais. Apesar da variedade de temas, observa-se uma coerência ideológica no conjunto das produções, uma vez que a esquerda aparece frequentemente como alvo, seja de forma direta, como nos documentários sobre União Soviética, feminismo e crise argentina, seja de maneira indireta, na tentativa de desconstruir narrativas consideradas hegemônicas no campo acadêmico e midiático, especialmente no que diz respeito ao passado político e econômico do Brasil (CLETO, 2024, p. 31-51).

Assim, a atuação da Brasil Paralelo insere-se em um contexto mais amplo de mobilização da nova direita brasileira, na qual intelectuais “liberais na economia e conservadores nos costumes” passaram a estruturar redes de formação e influência por meio de

*think tanks* e outros aparelhos privados de hegemonia (SANTOS, 2021, p. 37). Como destaca Santos (2021), esses grupos operam na construção de consensos em torno de temas como “ideologia de gênero”, comunismo e ditadura, buscando a manutenção de uma visão de mundo ancorada nos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, a empresa não apenas expressa esse ambiente político, mas também contribui para sua consolidação, ao ocupar um espaço estratégico na produção e difusão de narrativas concorrentes àquelas tradicionalmente legitimadas pela academia e falar mais diretamente com o público.

Tal qual a legitimidade da Brasil Paralelo é construída por meio de estratégias de marketing sofisticadas e do uso de autoridade simbólica. A empresa investe pesadamente em publicidade digital, aparecendo em buscas no Google e recomendados no YouTube, além de utilizar o apoio de intelectuais conservadores e figuras públicas para reforçar sua credibilidade (BRITTO, 2023; CLETO, 2024). Assim, o público da Brasil Paralelo é composto majoritariamente por conservadores, religiosos e simpatizantes do ultroliberalismo, bem como por pessoas insatisfeitas com a mídia tradicional e instituições acadêmicas. Como nota, Britto (2023) empresa construiu uma identidade que apela ao emocional e reforça uma sensação de pertencimento a um grupo que estaria “resgatando a verdadeira história do Brasil”.

Essa conexão entre público e política, no caso da Brasil Paralelo, ocorre por meio da produção de conteúdos que mobilizam afetos, medos e valores morais tradicionais, frequentemente utilizando narrativas simplificadas e antagonizando grupos de oposição, como feministas, ambientalistas e partidos de esquerda, como pode ser compreendido. Em diálogo com a pesquisadora Renata Nagamine, em entrevista com o jornal Intercept<sup>20</sup>, responsável também por construir um contradiscorso problematizando a empresa, ressalta como é essencial compreender por que o conteúdo ressoa com o público que se identifica e se conecta. Em outras palavras, o que se pretende compreender é justamente o porquê de esse conteúdo fazer sentido para essa parcela populacional, onde essa receptividade pode ser compreendida à luz das reflexões de Martín-Barbero (2003), que destaca como a mídia de massa encontra um terreno fértil em sociedades onde há um deslocamento da mediação cultural para a mediação comunicacional. Nesse sentido, o consumo das produções da Brasil Paralelo não ocorre apenas pela adesão ideológica direta, mas pela capacidade da produtora de traduzir questões políticas

---

<sup>20</sup> PYL, Bianca. Às ‘margens da ciência’: Pesquisadora explica como a Brasil Paralelo surfou no processo de radicalização da direita. *Intercept Brasil*, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/24/como-a-brasil-paralelo-surfou-na-radicalizacao-da-direita/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

e históricas em uma narrativa afetivamente mobilizadora, que dialoga com percepções e ansiedades compartilhadas por um segmento da população.

Por consequência, embora a empresa dialogue com diversos intelectuais e figuras da nova direita brasileira, neste trabalho sobressaem quatro mulheres que se tornaram, de certo modo, os rostos de seus discursos sobre gênero da empresa, além de protagonistas no documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022). Entre elas, já conhecida nas redes sociais e plataformas diversas, Thais Azevedo se declara através de seu perfil nas redes sociais, deixando claro seu posicionamento como “mulher de nascença, cristã, esposa, mãe, libertária e antifeminista”, e “politicamente incorreta”<sup>21</sup>. Tal qual Mariana Brito e Cristiane Corrêa, se inserem nesse cenário conhecidas e reconhecidas por suas palestras, produções que abordam questões de gênero sob uma ótica “crítica”, da qual frequentemente discutem a “ideologia de gênero”, apresentando-a como uma ameaça às tradições familiares e aos valores conservadores. No entanto, convidada para aulas e protagonizando algumas produções da empresa, está Ana Campagnolo<sup>22</sup>, deputada e historiadora conhecida por seu ativismo político. De maneira sintética, a presença dessas mulheres reflete um compromisso da empresa com a promoção de conteúdos que desafiam as narrativas feministas, ou então, reforçam um movimento antifeminista na sociedade brasileira.

Em linhas gerais, a presença dessas mulheres indica um compromisso da empresa com a formulação e a difusão de conteúdos que buscam tensionar as narrativas feministas e, em muitos momentos, reforçar um movimento antifeminista no contexto brasileiro. Dessa maneira, a BP não apenas influencia a percepção histórica e política de seu público, mas também instrumentaliza o discurso sobre gênero como parte de um projeto ideológico mais amplo, objeto esse da presente pesquisa. Assim, sua atuação na chamada guerra cultural ultrapassa a reinterpretação política e histórica, mas alcança o campo das relações de gênero, estruturando um discurso que se coloca em oposição ao feminismo e às teorias de gênero, ao mesmo tempo em que sustenta valores entendidos como tradicionais e “naturais” enquanto fundamentos da identidade nacional.

---

<sup>21</sup> Thais Azevedo (@pagthais), Perfil de Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/pagthais/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

<sup>22</sup> A historiadora, ficou conhecida nos meios sociais por sua trajetória marcada por controvérsias, principalmente numa disputa judicial com sua ex-orientadora de mestrado, Marlene de Fáveri, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Onde ela alegou ter sido vítima de perseguição ideológica e discriminação religiosa durante o curso em 2013.

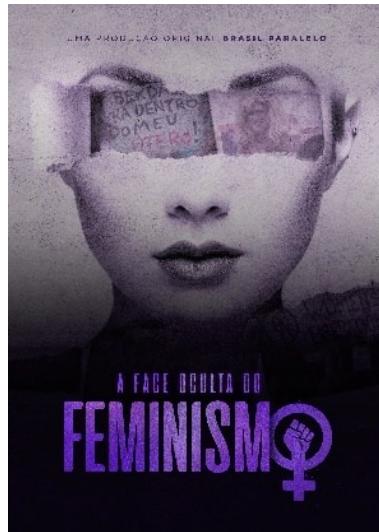
### 3 SEGUINDO O ROTEIRO: AS FACES OCULTAS DO ANTIFEMINISMO

#### 3.1 Entre a estética e o discurso em *A Face Oculta do Feminismo* (2022)

Cada narrativa construída sobre o tempo reflete disputas políticas, valores culturais e interesses ideológicos do presente, seja sobre o passado ou sobre o futuro, sempre há planos sobre quem conta essa versão. Assim, como observa Certeau (1982), a historiografia não se limita a registrar acontecimentos, mas os organiza dentro de estruturas discursivas que conferem legitimidade a certas interpretações em detrimento de outras. É nesse cenário que, no contexto contemporâneo, destaca-se a disputa pela memória histórica que se intensifica e tem sido cada vez mais travada na produção midiática. Em outras palavras, é onde documentários, séries e conteúdos digitais se tornam ferramentas centrais na construção de leituras ideologicamente orientadas do que se entende como história. Diante disso, a forma como os discursos históricos são construídos e interpretados reflete diretamente as disputas ideológicas e políticas de cada época. Tal qual atualmente, as narrativas revisionistas têm buscado ressignificar movimentos sociais. Nesse sentido, é nesse ambiente que se insere o documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022), uma produção da Brasil Paralelo que revisita a história do feminismo sob uma ótica conservadora, questionando suas bases teóricas e políticas.

Em outras palavras, lançado em 2022, o documentário é uma produção brasileira dirigida por Guilherme Freire, com roteiro por Rodrigo Fracarolli e Mariana Goelzer disponibilizado exclusivamente na plataforma de *streaming* da Brasil Paralelo. No qual o média-metragem, com duração de 59 minutos, conta com a participação de figuras como Thais Azevedo, Mariana Brito, Ana Caroline Campagnolo, Cristiane Corrêa, Felipe Nery e Flávio Gordon, além das narrações de Mariana Goelzer, Flávio Pacato e Heather Mesquita. Propõe oferecer uma releitura crítica do movimento feminista ao longo de sua história, estruturando sua narrativa em torno das chamadas ondas do feminismo, partindo de sua “genealogia” iluminista ao debate contemporâneo sobre gênero. Assim, a obra articula depoimentos retirados das entrevistas dos convidados, as animações e imagens de arquivos audiovisuais diversos, além de uma estética de montagem dinâmica, própria da linguagem digital contemporânea e comum das produções da empresa.

Figura 1 – Cartaz do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022)



Fonte: Página do documentário no IMDb<sup>23</sup>

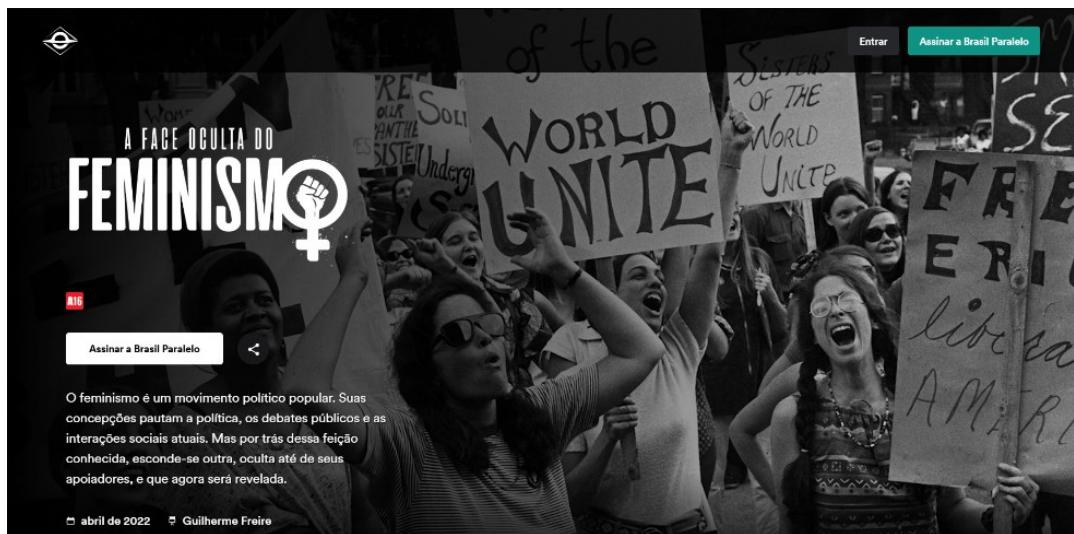
A partir de então, inicia-se a análise do documentário por meio do cartaz oficial e até da imagem de pré-visualização na plataforma própria, isso porque revelam escolhas visuais e simbólicas que articulam desde o início o discurso proposto pela produtora. Em outras palavras, primeiramente ao que se refere à capa, temos a predominância das cores preta e roxa na composição da imagem de capa, aliada ao rosto feminino parcialmente coberto por rasgos e recortes de manifestações e cartazes feministas, o que de fato não é uma escolha neutra: sugere uma narrativa de ocultamento, duplicitade ou dissimulação, como se o rosto feminino escondesse algo por trás de sua aparência pública.

Tal qual, o uso da cor roxa merece atenção particular, isso porque, segundo as pesquisas acerca da psicologia das cores desenvolvida por Heller (2013), está historicamente vinculada não só ao movimento sufragista e posteriormente ao feminismo de segunda onda, mas também viria a simbolizar resistência e feminilidade. No entanto, é nesse imaginário ocidental proposto pela autora que o roxo evocaria também sensualidade, vaidade (pecado), homossexualidade e ambiguidade. Entretanto, ao associar essa paleta cromática a um título provocativo, *A Face Oculta do Feminismo*, o documentário parece convocar o espectador a desconfiar da “imagem pública” do feminismo, mas também se apropriar de sua cor, insinuando que sua verdadeira face seria mascarada por um verniz sedutor e ideológico.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.imdb.com/pt/title/tt19871656/>. Acesso em: 06 jun. 2025.

Figura 2 – Página do documentário na plataforma de streaming.



Fonte: Página da Brasil Paralelo.<sup>24</sup>

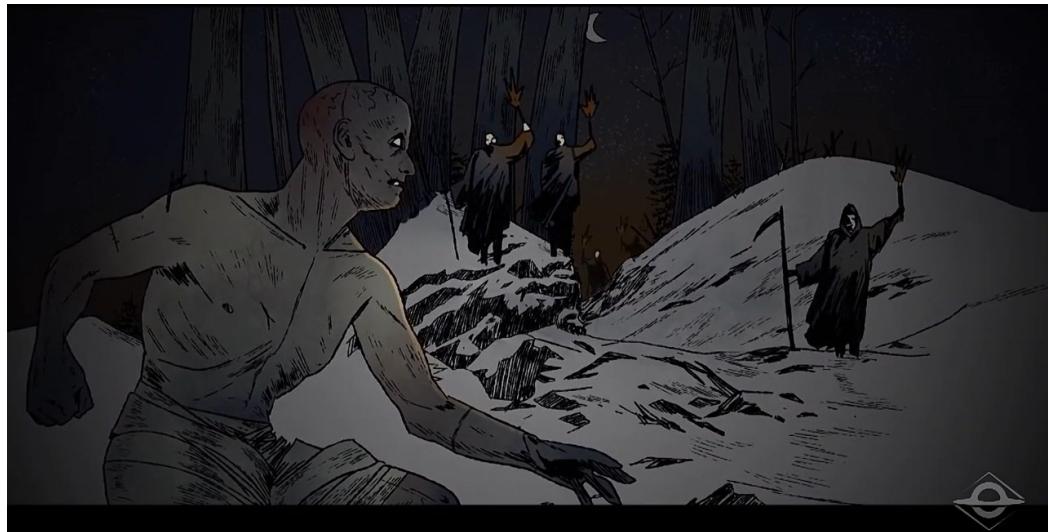
Do mesmo modo, ao analisar a página inicial do documentário, no site da empresa, o que se destaca é a descrição do filme. Segundo a sinopse, “o feminismo é um movimento político popular. Suas concepções pautam a política, os debates públicos e as interações sociais atuais. Mas por trás dessa feição conhecida, esconde-se outra, oculta até de seus apoiadores, e que agora será revelada”<sup>25</sup>. Ao afirmar que o feminismo possui duas faces, uma recorrente e outra desconhecida, tal qual a da escolha da imagem de fundo, que novamente associa ao movimento de rua e manifestação, a sinopse opera uma inversão: transforma o movimento em um objeto de denúncia. Em outras palavras, em meio às pautas políticas, o denunciado de hoje é o feminismo, esse gesto retórico soa típico de produções de viés conspiracionista, já que apela à noção de um “desvendamento”, de que há uma verdade que foi sistematicamente escondida e que agora será exposta ao público “desperto”, ou seja, uma “*redpill*”<sup>26</sup> conforme Cleto (2024).

<sup>24</sup>Disponível em: <https://plataforma.brasilparalelo.com.br/playlists/a-face-oculta-do-feminismo/media/6266b254e42e0500ec1826f4>. Acesso em: 06 jun. 2025.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Apesar da referência do filme Matrix, segundo Cleto (2024), os *redpillados* são aqueles que se consideram “abertos” à realidade, em oposição aos que permanecem iludidos ou enganados pelas narrativas dominantes. Portanto a *redpill* pode ser entendida como o produto simbólico capaz de despertar para uma suposta verdade escondida pela sociedade ou cultura dominante.

Figura 3 – Monstro de Frankenstein (animação inicial).



Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022).

Diante disso, a análise do documentário demonstra que se constrói, desde os primeiros minutos, uma atmosfera estética e discursiva marcada por tensão, ambiguidade simbólica e intenção provocativa. Isso porque a obra inicia com uma animação sombria inspirada no clássico literário Frankenstein, de Mary Shelley, elemento que não apenas cumpre função estética, mas também simbólica, uma vez que a escolha por essa imagem remete ao imaginário de uma criatura rejeitada, à transgressão dos limites da natureza e ao castigo que recai sobre o criador. Em outras palavras, essa metáfora sugere desde já a ideia de que o feminismo, ou o que se entenderá por ele ao longo da narrativa, seria uma “criatura” que se voltou contra sua origem, provocando desequilíbrios sociais e morais.

A partir de então, a estética da animação é marcada por tons escuros, traços desleixados e uma trilha sonora dissonante, elementos que conferem um aspecto lúgubre e mórbido à composição. Na mesma medida, a narração que acompanha essa cena inicial discorre sobre ciência, morte e ressentimento, termos que, embora aparentemente deslocados do tema principal, antecipam a construção de um discurso em que o feminismo será enquadrado como uma força desviante, artificial e hostil à ordem tradicional.

Por outro lado, essa atmosfera inicial é abruptamente interrompida por uma montagem acelerada, composta por cortes de imagens da cultura pop, trechos de filmes e seriados (como *RuPaul's Drag Race*, produções da *Marvel* e *Sex Education* e outros), além de excertos das entrevistas que serão retomadas ao longo do documentário. De modo que essa montagem visual é acompanhada por uma narração inquisitiva que formula a pergunta central da obra: “o feminismo é, de fato, uma luta por igualdade entre homens e mulheres, ou se trata de uma

articulação política com intenções ocultas?”. E, de fato, a própria formulação já antecipa a resposta proposta pela empresa.

Cabe ressaltar, ainda, que as imagens recortadas da cultura pop não são escolhidas aleatoriamente: predominam figuras femininas que rompem com modelos normativos de feminilidade, isto é, personagens marcados por um estereótipo de rebeldia, sexualização ou de identidades *queer*. Dessa maneira, ao colocar essas imagens em sequência com o questionamento narrativo, o documentário constrói uma associação simbólica que aproxima o feminismo de um imaginário de transgressão, desordem e degeneração moral. Afinal, a lógica que opera aqui é a da associação indireta, uma produção de sentidos por meio do choque visual e emocional direcionado a um público consumidor pré-imaginado, o que, segundo Britto (2023) e Felinto (2023), caracteriza-se como parte da tática de desinformação da empresa. Em outras palavras, mobiliza a linguagem audiovisual para acionar vínculos afetivos inconscientes, articulando ideias, emoções e valores morais de modo a predispor o espectador à rejeição do objeto representado.

Ainda na sequência de abertura do documentário, inicia-se uma série de depoimentos editados em cortes rápidos, com falas de figuras centrais do elenco. Nela, as declarações seguem um encadeamento argumentativo que parte da apresentação do feminismo como uma reação a frustrações pessoais e sociais, avança para sua naturalização no imaginário coletivo e nas pautas políticas, culminando na atribuição ao movimento de um esquecimento da moral, dos bons costumes e das responsabilidades femininas, sugerindo até mesmo um suposto privilégio social das mulheres frente ao movimento. Uma das falas que deixa clara essa construção:

“O que acontece com a maioria das meninas feministas? Tem alguma desilusão social ou alguma desilusão familiar e imagina que através da razão ou que através da ideologia vai haver uma melhora, uma evolução da sociedade.” (Ana Campagnolo, 3:02, in BRASIL PARALELO, 2022.).

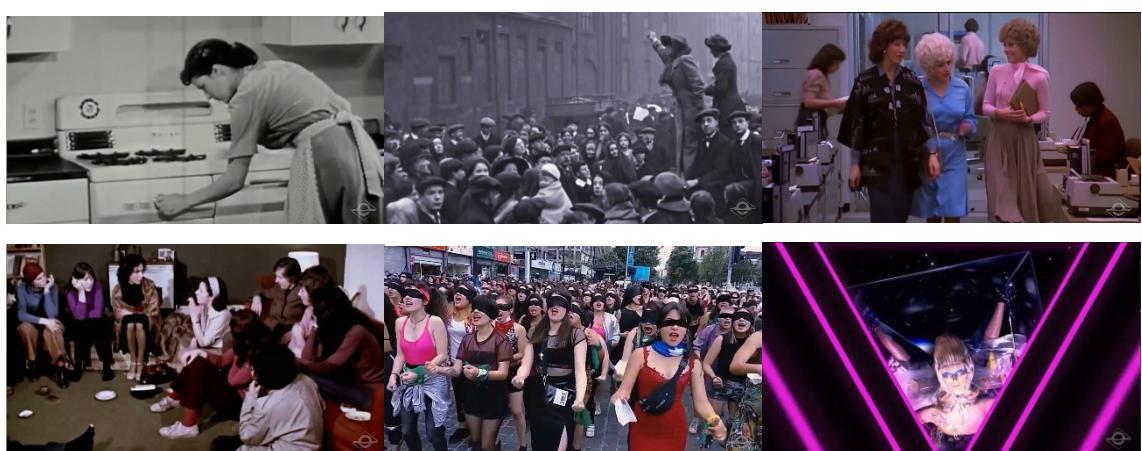
Do mesmo modo, essa forma de estruturação discursiva baseada na mobilização de fragmentos visuais descontextualizados para sustentar narrativas de ameaça moral, desordem cultural e decadência civilizatória, tem sido apontada pela imprensa crítica como uma marca distintiva das produções da Brasil Paralelo. Para Pyl e Nagamine (2024), por exemplo, em entrevista para o *Intercept Brasil*, observa-se que a produtora adota uma retórica que se posiciona às “margens da ciência”, adotando um vocabulário pseudoacadêmico como forma de conferir legitimidade a ideias de caráter negacionista e revisionista. Essa apropriação estratégica de um repertório científico, segundo ela, é potencializada por um aparato técnico e estético

sofisticado, voltado à ampla circulação nas redes sociais e à dominação de mecanismos de busca como o Google.

Tal leitura se alinha ao que Cleto (2024) descreve em sua tese ao analisar a atuação da Brasil Paralelo dentro da lógica da *plataformização*, em que o engajamento se constrói por meio de uma ecologia de conteúdos cuidadosamente calibrada. Segundo o autor, há uma articulação entre produções voltadas a temas mais imediatos e polêmicos, como o impeachment de Dilma Rousseff ou a pandemia da Covid-19, que operam como iscas de atenção, e conteúdo de tom mais frio, sóbrio ou histórico, como os documentários sobre o Regime Militar ou a colonização portuguesa, que são voltados a um público já fidelizado (CLETO, 2024, p. 24). De modo que, essa estratégia revela não apenas a dimensão técnica da comunicação da produtora, mas também seu projeto ideológico de longo prazo: a construção de um campo de legitimidade paralela à academia e à imprensa tradicional, no qual a “verdade” é menos uma correspondência factual e mais um efeito de pertencimento e adesão comunitária.

Assim, tanto a análise jornalística quanto a acadêmica convergem ao demonstrar que o discurso da Brasil Paralelo não está apenas comprometido com a disseminação de uma versão revisionista da história, mas que opera dentro de uma lógica comunicacional própria, voltada à mobilização afetiva e política de sua audiência. Nesse movimento, o feminismo ocupa dois lugares, tanto o de assunto mais frio e histórico que mobiliza apenas o público interessado, mas também o de engajador, uma vez que mobiliza o público pelos afetos que são destacados através de questões sobre família, gênero, aborto e sexualidade num geral.

Figura 4 – Capturas da Time-Lapse da História do Movimento



Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022).

Assim, em continuidade à sequência de abertura, se encerra com uma espécie de *time-lapse* (sequência acelerada de imagens) visual e narrativa, que condensa as diversas “fases” da

mulher na história, por meio de uma colagem de imagens em rápida sucessão: de dona de casa, a trabalhadora, a ativista, e por fim, um ser androgino em um cenário futurista com referências a ciborgues e telas digitais. É nesse momento que a trilha sonora se destaca, uma vez que acompanha essa progressão, variando de sons clássicos e jazzísticos a batidas eletrônicas cada vez mais desordenadas, que pretendem reforçar a ideia de um percurso acelerado de transformação. Em outras palavras, esse trecho atua como uma introdução simbólica do que o documentário parece pretender afirmar: que o feminismo teria conduzido a mulher a uma ruptura com sua “essência” natural e com sua função social tradicional.

Desse modo, o documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022) se estrutura como uma narrativa linear, dividida cronologicamente em seis partes, que correspondem à genealogia e às chamadas “ondas” do feminismo. Ainda que à primeira vista essa divisão sugira uma abordagem histórica e explicativa, o que se observa é a construção de um discurso profundamente ideológico, que opera por meio de simplificações, omissões e associações retóricas que visam à deslegitimação do feminismo enquanto movimento social e político.

Desse modo, desde o início, o documentário apresenta o Iluminismo como o “progenitor” do feminismo moderno. Contudo, essa filiação é construída a partir de um enquadramento moralizante: o Iluminismo é descrito como o responsável por subverter valores tradicionais, afastar a humanidade de Deus e da família, e iniciar uma trajetória de fragmentação da ordem social. Tal leitura coloca a razão moderna como antagonista da tradição cristã, inaugurando um tom apocalíptico revolucionário que perpassará toda a obra.

A seguir, aborda-se o chamado protofeminismo, centrando-se nas figuras de Mary Wollstonecraft e sua filha Mary Shelley. Nesse recorte em específico, a mãe é retratada não como uma intelectual comprometida com a emancipação feminina, mas como uma mulher emocionalmente instável, movida por traumas familiares, o que implicaria que sua crítica ao casamento e à maternidade seria fruto de ressentimento pessoal e não de reflexão política. Afinal, a autora,

“experimentou na pele a tese de que o casamento era ruim para a mulher, de que o casamento era opressor, só que sem casamento e sem marido, Mary passou dificuldade, passou frio, passou fome com essa criança.” (Ana Campagnolo, 9:39, in BRASIL PARALELO, 2022).

Desse modo, essa estratégia narrativa desqualifica o pensamento feminista ao reduzir sua origem a experiências subjetivas dolorosas, sem considerar seu contexto histórico ou sua complexidade teórica. Enquanto no caso de Mary Shelley, autora de Frankenstein, o documentário constrói uma metáfora visual e simbólica ao sugerir que a escritora se via como

o próprio monstro criado por uma “ciência sem Deus” e com problemas maternos, de modo a associar o feminismo à artificialidade, à desumanização e ao erro moral do criador do monstro, já que

“a insistência pela superação da natureza, projetada em um ser incompreendido, criado pelo patriarca e que não consegue seu lugar na sociedade, seria retomada ao longo de toda a história do movimento feminista” (Narradora, 11:54, in BRASIL PARALELO, 2022).

Em sequência, a primeira onda feminista é apresentada com destaque para Emmeline Pankhurst e Alexandra Kollontai. No entanto, ambas são retratadas a partir de simplificações: Pankhurst como defensora de privilégios femininos, e Kollontai como uma figura que teria promovido uma sexualidade desenfreada sob o pretexto da liberação feminina. A partir de então, surge um dos primeiros argumentos do documentário, onde o sufrágio feminino, longe de ser reconhecido como uma conquista histórica das mulheres, é descrito como um privilégio concedido: narrativa essa que ignora as lutas sociais e os embates políticos que envolveram o direito ao voto em diversos países. Na realidade, adota uma lógica comparativa enviesada, argumentando que o sufrágio não teria sido uma conquista feminista real pelo fato de alguns países com menos mobilização feminista o terem implementado antes de outros (como no caso francês) ou mesmo porque houvesse mulheres não interessadas em votar.

Nas palavras do documentário, a questão do sufrágio se resumiria ao fato de que:

“Muitas mulheres faziam, sim, resistência ao voto, porque elas temiam, de várias formas, que esse voto as obrigasse com relação ao serviço, ao imposto ou a qualquer outra obrigação que elas achassem inconveniente.” (Ana Campagnolo, 14:06, in BRASIL PARALELO, 2022)

“As sufragistas queriam um sufrágio feminino, mas elas não queriam cumprir com as obrigações, não queriam honrar os deveres, elas queriam apenas o direito de poder votar, o que não era do mesmo modo para os homens. Os homens votavam porque eles tinham obrigação civil, ou seja, eles estavam ali prontos para irem à guerra e lutar pela pátria.” (Mariana Brito, 14:19, in BRASIL PARALELO, 2022)

Ou, em modo direto, simplesmente revisita a história do movimento feminista ao questionar de forma enviesada: “como, quando e de que forma objetiva o movimento feminista realmente conquistou o voto.” (Ana Campagnolo, 14:37, in BRASIL PARALELO, 2022) Afinal, “se elas fossem as responsáveis por isso, seria fácil relacionar que quanto mais feministas em um país, mais rápido se conseguiria o direito ao voto. E isso não aconteceu dessa forma. (Ana Campagnolo, 14:37, in BRASIL PARALELO, 2022) Tal qual,

“Se você observar, a França sempre foi um país com muita agitação simbólica feminista. No entanto, quando você olha para o cenário da Europa, estranhamente a

França é um dos últimos países a conceder o direito ao voto. Na Inglaterra, Emmeline Pankhurst liderou uma grande movimentação para o sufrágio. Esses dois exemplos são muito importantes. Tanto na França quanto na Inglaterra, a agitação do movimento feminista não conquistou o voto.” (Ana Campagnolo, 14:37, in BRASIL PARALELO, 2022)

Outro eixo importante da argumentação é a crítica à ideia de que o feminismo teria inserido as mulheres no mercado de trabalho. Inclusive, no qual se torna um dos principais trechos do documentário a ser disponibilizado no canal de Youtube da Brasil Paralelo como *spot publicitário*<sup>27</sup> (vídeo de anúncio curto). Afinal, esses cortes, muitas vezes editados para destacar falas provocativas ou imagens polêmicas, funcionam como peças de divulgação que condensam a retórica central da obra em formatos de rápida circulação e alto potencial de engajamento. Ou seja, é proposta “uma das maiores falácias do movimento”, segundo os entrevistados, essa transformação cultural do trabalho feminino seria resultado apenas da Revolução Industrial e das guerras, que exigiram mão de obra.

Assim, no documentário, argumenta-se que o feminismo teria mentido ao afirmar que foi responsável pela inserção das mulheres no mercado de trabalho. Segundo essa leitura, as mulheres “sempre trabalharam” em casa, nas lavouras, nas economias familiares, e apenas ocuparam novos espaços em razão de eventos históricos como as guerras mundiais e a Revolução Industrial. Tal argumento, no entanto, revela uma abordagem revisionista e superficial, que ignora o papel político do feminismo na luta por reconhecimento, direitos trabalhistas e igualdade de condições no ambiente profissional. Ao afirmar que o feminismo falseia a história ao reivindicar essa conquista, o documentário desconsidera as disputas por cidadania e autonomia que marcaram a atuação das mulheres no século XX. Ao mesmo tempo, essa narrativa reforça uma visão tradicionalista de família, baseada em papéis fixos e complementares entre os gêneros, desconsiderando as tensões e desigualdades estruturais.

Aqui cabe voltar à crítica tecida por Fraser (2019) ao modo como o neoliberalismo absorveu certas pautas feministas, que se mostra particularmente pertinente. Para a autora, a “astúcia da história” fez com que ideais de emancipação fossem convertidos em engrenagens de uma nova racionalidade capitalista, que valoriza a autonomia e a flexibilidade apenas como atributos funcionais ao mercado, enquanto marginaliza reivindicações de redistribuição estrutural e justiça social. Assim, o que emergiu foi um feminismo “desmembrado”, cada vez mais reduzido a slogans de empoderamento individual e empreendedorismo feminino. Tal qual,

---

<sup>27</sup> BRASIL PARALELO. Documentário descontrói uma das falácias mais famosas do feminismo. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PL94Rhjetu4>. Acesso em: 20 jun. 2025.

essa lógica ecoa a racionalidade neoliberal analisada por Foucault (2008), segundo a qual cada sujeito deve tornar-se empresário de si mesmo, administrando sua vida como se fosse um capital a ser rentabilizado. Então, a convergência entre o feminismo cooptado e a governamentalidade neoliberal revela como a luta por reconhecimento pode ser ressignificada em termos de mercado, de modo a reforçar desigualdades em vez de combatê-las, onde nada mais do que a Brasil Paralelo se aproveita desse processo ao apresentar o feminismo como falacioso ou contraditório: ataca sua face neoliberalizada de “empreendedoras de si”, para invalidar a crítica feminista mais profunda, ligada à redistribuição, ao enfrentamento do androcentrismo e à democratização do Estado. Assim, a produtora reforça a caricatura do feminismo como incoerente e corrosivo da família, ao mesmo tempo em que silencia sua dimensão histórica de crítica estrutural ao capitalismo e ao patriarcado.

Do mesmo modo, ao longo da narrativa, nota-se outra operação discursiva central: a associação entre feminismo, marxismo e a destruição da família, ou ao menos a negação dela. Isso porque os entrevistados, em geral, tendem a afirmar que o feminismo teria adotado um “projeto ideológico” para fragmentar a estrutura familiar cristã, colocando a figura feminina em oposição aos valores tradicionais. Essa tese é reforçada com a inclusão seletiva e descontextualizada de trechos de autoras como Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Shulamith Firestone, que são retratadas como figuras radicais, promotoras da dissolução moral e da permissividade sexual. No entanto, a crítica à Beauvoir, por exemplo, reduz sua vasta produção filosófica e política à acusação de envolvimento com regimes totalitários e à promoção da libertinagem.

Uma vez que, “nesse momento, a gente já começa a perceber um tipo de narrativa que influencia todo o movimento feminista até hoje”. (Marcus V. Lins, 18:41, in BRASIL PARALELO, 2022). Onde a “família é, em si, um núcleo de opressão dessa mulher.” (Marcus V. Lins, 18:41, in BRASIL PARALELO, 2022)

“E vai encontrar, inclusive, isso na principal obra assinada por Engels, mas que foi escrita por Marx, que vai falar da família, da propriedade privada, do Estado [...] ali tem uma historinha sobre a família como a primeira opressora.” (Felipe Nery, 19:08, in BRASIL PARALELO, 2022)

“Mas aí se conecta marxismo e feminismo [...] A mulher é oprimida no casamento e o proletário é oprimido no mercado de trabalho. [...] Eles vão casar e depois vão passar o resto da história, as próximas décadas, juntos tentando destruir ao mesmo tempo a lógica capitalista e a estrutura da família conservadora, da família monogâmica, da família cristã. (Ana Campagnolo, 19:16, in BRASIL PARALELO, 2022)

Da mesma maneira, o documentário recorta e enfatiza passagens sobre a crítica à maternidade e à divisão sexual entre adultos e crianças, homem e mulher, atribuindo ao feminismo uma defesa implícita de práticas como libertinagem sexual, pedofilia e incesto. Tal acusação é construída por meio de um encadeamento simbólico que mistura certo pânico moral, desinformação e sensacionalismo a partir dos recortes e da escolha de feministas.

Além do mais, a relação entre a pílula anticoncepcional, o aborto e a autonomia reprodutiva da mulher é apresentada recorrentemente sob uma perspectiva moralizante, que desconsidera os contextos históricos e políticos dessas conquistas. Em outras palavras, a pílula é tratada não como um marco de autonomia, mas como um símbolo da “libertinagem” promovida pelo feminismo de segunda onda, representando um afastamento da maternidade, da família e da “ordem natural”. Pois, “o feminismo coloca muito a maternidade como uma coisa também opressora, como se a mulher fosse escrava da sua própria natureza.” (Mariana Brito, 24:27, in BRASIL PARALELO, 2022)

Da mesma maneira, essa leitura é reforçada pelo encadeamento entre as falas de entrevistados e a exibição de manchetes sobre o aumento de abortos legais, criando uma associação causal simplificada e sensacionalista, onde o aborto, por sua vez, é abordado a partir de um viés patologizante, com ênfase em imagens impactantes, o uso frequente da palavra criança em vez de feto, e também no testemunho de Bernard Nathanson, médico e ativista pró-vida, utilizando-o como figura de autoridade sem que haja contraposição crítica ou apresentação de outras perspectivas.

“Se você for ver a história da pílula, ela surge dentro de um contexto de liberação sexual, uma ideia de fazer com que as mulheres pudessem desenvolver uma vida cada vez mais libertina sem arcar com uma gravidez.” (Cris Corrêa, 32:35, in BRASIL PARALELO, 2022)

Em suma, uma parte central da estratégia discursiva do documentário consiste em reduzir o debate sobre direitos reprodutivos a um embate moral, deslocando-o de suas dimensões políticas, sociais e históricas. Nesse movimento, o feminismo passa a ser responsabilizado por uma suposta degradação dos valores sociais.

De maneira semelhante, outra estratégia discursiva utilizada pelo documentário para deslegitimar o movimento feminista consiste na ênfase desproporcional em figuras historicamente associadas ao feminismo radical, como Valerie Solanas e Shulamith Firestone. Ambas são apresentadas de forma descontextualizada, com recortes de suas obras e biografias que reforçam imagens de extremismo, violência ou ruptura moral, de modo a generalizar e simplificar suas posições como se fossem representativas do feminismo em sua totalidade. Tal

operação retórica ainda ignora a pluralidade interna ao movimento feminista que abarca correntes liberais, socialistas, interseccionais, entre outras, e reduz sua complexidade a uma caricatura ideológica. Afinal, segundo a fala de Cristiane Corrêa, o “feminismo seria um movimento único”.

Assim, a montagem do documentário reforça esse enquadramento ao associar essas autoras a discursos sobre ódio aos homens, destruição da família e permissividade sexual, produzindo uma equivalência implícita entre feminismo e ameaça social. Ao privilegiar vozes e figuras facilmente atacáveis, o documentário constrói um espantalho retórico que serve à sua narrativa conservadora, obscurecendo as reais contribuições históricas, sociais e políticas do feminismo.

Por fim, a abordagem da terceira onda do feminismo no documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022) revela uma tentativa de desqualificar as inovações teóricas e políticas promovidas pelas autoras contemporâneas, especialmente no campo dos estudos de gênero e da interseccionalidade. Aqui, surgem figuras como Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks, Donna Haraway e Judith Butler, apresentadas sempre de modo superficial. Em poucas palavras, a interseccionalidade, conceito central nas formulações de Crenshaw e Hooks, é simplificada e deturpada como uma “hierarquia da vitimização”, esvaziando seu potencial crítico ao tratar experiências sobrepostas de opressão como mera disputa de protagonismo. Já as teorias pós-estruturalistas de Haraway e Butler são utilizadas para sustentar a noção de uma “ideologia de gênero” que destruiria a natureza humana e dissolveria as distinções entre homem e mulher. Ao fazer isso, o documentário ignora os fundamentos acadêmicos e políticos dessas autoras, descontextualizando seus escritos para alimentar uma retórica conspiratória. De modo que, a terceira onda, longe de ser apresentada como uma resposta às limitações do feminismo hegemônico e como espaço de pluralidade epistêmica, é representada como ameaça difusa e desestabilizadora, reforçando, assim, o argumento central da obra de que o feminismo contemporâneo constitui um projeto político de corrosão dos valores sociais e familiares tradicionais.

Enquanto isso, a análise técnico-estética do documentário produzido pela Brasil Paralelo evidencia uma série de escolhas visuais, sonoras e compostivas que reforçam os sentidos ideológicos do discurso apresentado. Por exemplo, o tratamento da imagem, a *mise-en-scène* (composição da cena), a composição dos planos e a montagem dos cortes colaboram para construir uma retórica audiovisual alinhada com os valores e objetivos da produtora.

Assim, um dos elementos marcantes é a cenografia das entrevistas, nas quais os depoimentos são gravados diante de uma parede coberta por cartazes com frases emblemáticas

do feminismo contemporâneo, como “meu corpo, minhas regras”, “lugar de mulher é onde ela quiser” e “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Essa escolha de fundo carrega forte carga simbólica, afinal não se trata de um cenário neutro, mas de uma *mise-en-scène* que se articula diretamente com os temas em debate. Conforme propõem Jullier e Marie (2009), a imagem cinematográfica deve ser lida como um campo de significação ativo, no qual nada é acidental ou gratuito. Aqui, o fundo visual funciona como um signo ideológico: remete ao feminismo de rua, ao ativismo visual urbano, à linguagem dos lambe-lambes, mesmo quando recriados em ambiente de estúdio.

Do mesmo modo, esses cartazes seguem uma paleta de cores escolhida com predominância de tons roxos, vermelhos e brancos. Afinal, ao retornarmos às possíveis associações das cores, em Heller (2013), permite interpretar tais tons como carregados de significados contraditórios: o roxo, historicamente associado ao feminismo, também carrega conotações de misticismo, subversão e sensualidade; enquanto o vermelho, por sua vez, é a cor das paixões extremas, da violência, da revolução e do comunismo. Assim, a combinação dessas cores, portanto, não apenas constitui um cenário, mas tensiona visualmente os sentidos em jogo, associando o feminismo, a feminilidade, à ideia de radicalidade, ameaça ou desordem.

Por outro lado, a composição dos planos também merece atenção. As entrevistadas e os entrevistados em geral são filmados com enquadramentos médios, com foco preciso nos rostos e leve desfoque no plano de fundo. Esse tipo de composição cria uma sensação de intimidade e autoridade, ao mesmo tempo em que permite que os cartazes permaneçam parcialmente legíveis, funcionando como uma camada simbólica secundária.

Figura 5 – Os entrevistados (Ana Campagnolo)



Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do documentário A Face Oculta do Feminismo (2022).

Figura 6 – As Entrevistadas (Thais Azevedo; Cristiane Corrêa e Mariana Brito)



Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022).

Quanto ao figurino, a construção estética das entrevistadas também contribui para a construção discursiva. Uma vez que a maioria delas aparece com vestimentas sóbrias, em tons escuros, com maquiagem discreta e postura controlada, reforçando uma imagem de racionalidade, moderação e respeito institucional que o filme busca projetar. Sendo a única exceção, Ana Caroline Campagnolo, a deputada estadual que utiliza uma estampa geométrica e cores mais vivas, possivelmente como estratégia para sinalizar singularidade e presença. Mas também que recorre às cores predominantes do cenário (roxo e vermelho), sugerindo a possibilidade de apropriação das cores desse movimento por alguém contrário a ele.

Além disso, há um contraste evidente entre a aparência das entrevistadas e o fundo visual da cena, produzindo uma oposição simbólica que separa, de um lado, a autoridade intelectual e o discurso racional e, de outro, a imagem de um ativismo de rua associado à emoção e ao conflito. Assim, essa disposição estética reforça, portanto, a lógica interna do documentário, que busca distinguir quem fala a partir de um lugar de legitimidade e quem é enquadrado como objeto de crítica.

Figura 7 – Os entrevistados (Marcus V. Lins e Felipe Nery)



Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022).

Por outro lado, no caso dos entrevistados homens, a lógica estética aplicada às mulheres não se repete com o mesmo rigor. Afinal, Marcus Lins e Felipe Nery, por exemplo, não são enquadrados em tons escuros nem em composições visuais que evoquem tensão ou

ambiguidade. Ambos utilizam vestimentas em tons claros e, no caso específico de Felipe Nery, o fundo distinto sugere que sua entrevista foi gravada em momento ou contexto diferente dos demais. Apesar dessas variações, a montagem lhes confere uma posição de autoridade discursiva, evidenciada tanto pelo enquadramento quanto pela condução das falas.

Conforme observado por Cleto (2024), uma das estratégias recorrentes de legitimação discursiva nas produções da Brasil Paralelo reside na forma como os entrevistados são apresentados ao público. Há uma ênfase deliberada em títulos acadêmicos e credenciais institucionais, como “professor”, “escritor”, “pedagogo” ou “deputado”, que funciona como um recurso estético-discursivo para conferir autoridade técnica e neutralidade ao discurso.

Como aponta Cleto (2024), trata-se de um fenômeno típico da reorganização epistêmica contemporânea, em que sujeitos comunicantes, muitas vezes oriundos de fora do circuito acadêmico tradicional, passam a ser reconhecidos como “novos especialistas” justamente por ocuparem posições de dissidência. Esse movimento é próximo da lógica discursiva promovida por Olavo de Carvalho, em que a autoridade não decorre de validação institucional, mas da rejeição a ela (CHALOUB, 2023, p. 84-85). Assim, esses entrevistados são posicionados como “testemunhas da verdade” ou “especialistas desautorizados pelo *mainstream*”, e é precisamente essa exclusão que os legitima junto ao público da BP, reforçando a retórica da autenticidade e da resistência contra uma suposta ordem institucional hegemônica (CLETO, 2024, p. 46-50).

Paralelamente às entrevistas, conforme já mencionado, o documentário faz uso recorrente de sequências de montagens, na sua maioria compostas por cortes rápidos de trechos de filmes, séries, *reality shows*, memes e outros conteúdos da cultura *pop*. Embora à primeira vista pareçam funcionar apenas como ilustração ou dinamização visual, essas imagens operam como dispositivos retóricos: constroem metáforas visuais e reforçam argumentos por associação simbólica. Trata-se de um procedimento típico de ensaios audiovisuais contemporâneos, em que a justaposição acelerada de imagens heterogêneas cria sentido por choque e contraste. Esse tipo de montagem também se aproxima da linguagem das redes sociais, como *TikToks*, *Shorts* e *Reels*, com forte apelo ao sensorial e à identificação imediata do público.

De modo geral, a tendência da construção estética do documentário se dá sob o uso das técnicas que, conforme Jullier e Marie (2009), essa *mise-en-scène* controlada, iluminação precisa, contrastes visuais entre o “mundo do ativismo” (representado por cartazes, cores vibrantes e caos) e o “mundo da razão” (representado pelas figuras sóbrias, em ambientes silenciosos e neutros), trata-se de uma pedagogia do olhar que instrui o espectador a desconfiar de tudo que é plural, instável, híbrido. Numa ideia em que o objetivo não é dialogar, mas

conduzir a interpretação e gerar repulsa baseada na dicotomia de um projeto empresarial que recusa a pluralidade do mundo social em nome de uma verdade absoluta.

Essa noção de “verdade absoluta” funciona, no documentário, como um gatilho para reafirmar um discurso conservador que coloca a família monogâmica heterossexual como medida de todas as coisas, reforça fronteiras rígidas entre papéis e gêneros e naturaliza o sistema sexo-gênero como se fosse um dado imutável da condição humana. Em vez de o feminismo ser apresentado como um movimento plural que luta por direitos civis, sociais e reprodutivos das mulheres, é descrito como uma ideologia totalitária que visa destruir a família, relativizar os papéis de gênero e subverter a suposta ordem natural humana. Assim, a figura da mulher, nesses enunciados, é sempre reconduzida à domesticidade, à maternidade e a uma moral cristã que opera como régua de conduta. Em oposição, o feminismo é retratado como responsável por desconectar a mulher de sua “verdadeira vocação”. Por isso, pensadoras como Butler (2017), que propõem a noção de performatividade de gênero, segundo a qual o gênero não é algo que se é, mas algo que se *faz* continuamente, isto é, a ideia de que gênero não é substância ou essência natural, mas uma repetição normativa de práticas, linguagens e poderes sob os corpos, são fortemente criticadas nos discursos da Brasil Paralelo.

A ideia de que o gênero é uma construção social e performativa desestabiliza profundamente a crença em uma essência feminina ou masculina fixa e naturalizada. De modo que essa crítica à naturalização de identidades de gênero, que aliás remonta a Simone de Beauvoir, que já em *O segundo sexo* afirmava que “não se nasce mulher: torna-se mulher”, tratado no documentário também. Uma vez que coloca em xeque a ideia de uma identidade feminina essencial, mas abre caminho para compreensões mais dinâmicas e históricas do sujeito. No entanto, é justamente essa perspectiva que a Brasil Paralelo busca neutralizar por meio de um discurso biologizante e moralizante, que tenta reafirmar papéis de gênero fixos, ancorados em noções pretensamente naturais e universais.

Da mesma maneira, o documentário da BP não apenas propaga ideias de cunho conservador, ele se aproxima perigosamente de uma retórica fundamentalista, ao articular nas falas dos entrevistados um teor de antifeminismo, cristianismo, conservadorismo e nova direita, da qual a produção opera sob uma lógica de guerra cultural e polarização. Inclusive, essa aproximação entre fé e política é analisada por Santos (2021) como um dos principais motores da nova direita brasileira, que substitui a pluralidade democrática por valores absolutos e moralizantes. No entanto, mais do que uma peça ideológica, o documentário é também um produto comercial, ao oferecer “verdades ocultas” a um público específico, ele se insere num nicho de mercado movido por ressentimento, nostalgia e busca por pertencimento. Tal qual,

essa narrativa se ancora num regime presentista (HARTOG, 2013, p. 17-28), em que o passado é convocado não como horizonte de futuro, mas como repertório de imagens simplificadas e moralizadas que reforçam uma leitura do presente. Em outras palavras, a suposta “tradição” defendida pela produtora, portanto, não corresponde a um retorno histórico efetivo, mas à instrumentalização seletiva de temporalidades para sustentar uma moral conservadora. De modo que a BP constrói um espaço de sociabilidade virtual onde seus consumidores não apenas assistem a conteúdos, mas em certa medida constroem uma comunidade simbólica de consumidores que compartilham identidades. Trata-se, portanto, de um projeto que funde conteúdo, comunidade e consumo, onde a ideologia é também mercadoria (SANTOS, 2021; CLETO, 2024; BRITTO, 2023; FELINTO, 2023). Assim, o discurso antifeminista torna-se também um produto que rende lucro e fidelização.

### **3.2 Mulheres contra o feminismo? Os entrevistados como autoridade e legitimação**

Da mesma maneira, a escolha dos entrevistados em *A Face Oculta do Feminismo* (2022) não é aleatória, tampouco neutra. Pelo contrário, a seleção de vozes e rostos que compõem o documentário se revela como um dos elementos centrais para a construção e legitimação do discurso antifeminista promovido pela Brasil Paralelo. Os sujeitos convidados não apenas reforçam o viés ideológico da obra, mas também personificam um projeto de mundo assentado em valores conservadores, religiosos e tradicionalistas, formando um campo de autoridade discursiva por meio de figuras públicas já consolidadas em redes e plataformas da nova direita brasileira.

Entre as entrevistadas, destaca-se Cristiane Corrêa, conhecida como Cris Corrêa. Autoapresentada como escritora, educadora e cristã, atua como produtora de conteúdo em plataformas digitais, onde promove uma crítica sistemática ao feminismo a partir de uma cosmovisão cristã conservadora. Tal qual sua produção textual e audiovisual articula argumentos teológicos, morais e históricos para sustentar que o feminismo seria uma ideologia totalizante, infiltrada em diversas esferas da vida moderna, indo da moda à política, da sexualidade à educação e, totalmente, incompatível com os valores da fé cristã. Além de sua participação no documentário, Corrêa já foi convidada em outras produções da Brasil Paralelo, como no programa Conversa Paralela<sup>28</sup>, sempre ocupando a posição de especialista. Isto é,

---

<sup>28</sup> BRASIL PARALELO. O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE O FEMINISMO | Conversa Paralela com Thais Azevedo e Cris Corrêa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWeFxKe4FF4>. Acesso em: 24 jun. 2025.

alguém que, embora alheio à academia tradicional, reivindica autoridade moral e intelectual sobre o tema. Inclusive, teve participação no 1º Congresso Antifeminista, organizado pela deputada catarinense<sup>29</sup>. A amplitude de sua atuação se estende a mentorias, curadoria de livros<sup>30</sup> e grupos de estudos dedicados à formação de mulheres cristãs antifeministas, o que reforça seu papel como agente formadora no interior do ecossistema conservador.

Outra presença central é a da deputada catarinense Ana Caroline Campagnolo, que acumula as funções de historiadora, autora e militante política. De modo que sua trajetória conjuga formação acadêmica em história com um engajamento ideológico, ganhou notoriedade em razão de diversas polêmicas, tanto por suas publicações como: *Feminismo: Perversão e Subversão* (2019) e *O Mínimo sobre Feminismo* (2022), quanto por sua atuação parlamentar e pela questão de seu mestrado que, ao ser reprovado, ela decide processar sua ex-orientadora por perseguição ideológica e discriminação religiosa. Ainda, Campagnolo se define publicamente como antifeminista e cristã protestante. Para ela, o feminismo seria um movimento “perverso” que destrói a feminilidade e promove a “degeneração moral” da sociedade, mediante a defesa do aborto, do divórcio, da liberdade sexual e da autonomia feminina. Seu discurso posiciona a maternidade e a vida doméstica como a verdadeira vocação da mulher, em oposição à ideia de empoderamento. Em sua atuação nas redes, Campagnolo frequentemente adota um tom provocativo e beligerante, negando diálogo com opositoras e reiterando sua autoridade ideológica. Na mesma medida, sua presença nas produções da Brasil Paralelo é recorrente: além do documentário, integra aulas, entrevistas, programas especiais e materiais educacionais da empresa, o que a posiciona como uma das principais vozes do antifeminismo cristão nacional no contexto da guerra cultural.

Tal como em 2018, quando no Rio de Janeiro figuras como Campagnolo e Thais Azevedo participaram do Primeiro Congresso Antifeminista do Brasil, um evento que buscou reunir influenciadores, políticos e intelectuais da nova direita com o objetivo de consolidar uma frente de oposição ao feminismo dentro do campo cultural e político brasileiro. O congresso é descrito por Aquino (2020) como um espaço de “rejeição ao feminismo” e de fortalecimento

---

<sup>29</sup> Da qual faz parte dos coautores de Guia de Bolso Contra as Mentiras Feministas, livro publicado e organizado pela Ana Caroline Campagnolo. Ver: <https://cristianecorrea.com.br/perfilcris>. Acesso em: 25 jun. 2025.

<sup>30</sup> Exemplo disso é o crescimento de livrarias mantidas por figuras da extrema-direita brasileira, que atuam como espaços de curadoria ideológica ao promover obras alinhadas a seus valores e projetos político-culturais. É o caso de iniciativas como a Livraria Eduardo Bolsonaro, a Livraria Campagnolo e a Livraria Cris Corrêa, que selecionam e divulgam autores e títulos coerentes com sua visão de mundo. Ver: <https://livrariaeduardobolsonaro.com.br>; <https://livrariacampagnolo.com.br>; <https://livrariacriscorrea.com.br>.

de uma “identidade conservadora feminina”, centrada em valores cristãos, nacionalistas e fortemente moralistas<sup>31</sup>.

Por outro lado, é em 2024 e 2025<sup>32</sup> que a até então deputada Ana Caroline Campagnolo passa a organizar o 1º Congresso Antifeminista e a 2ª Conferência Antifeminista. Sendo responsável pelo 1º Congresso Antifeminista de Santa Catarina, sediado na Assembleia Legislativa (Alesc) em pleno 8 de março<sup>33</sup>. No mesmo espectro discursivo, Mariana Brito, em seus cursos, vídeos e entrevistas, sustenta que o feminismo sequestrou o debate sobre as mulheres, impondo uma visão distorcida que encoraja privilégios sob a roupagem dos “direitos iguais”. Para ela, o feminismo moderno teria fracassado em promover a liberdade feminina, oferecendo em troca um empoderamento ilusório e destrutivo. Seu discurso mobiliza, assim como o das outras entrevistadas, um repertório afetivo-tradicionalista em defesa da submissão da mulher no casamento, da centralidade da família e da recusa à sexualidade não reprodutiva. Inclusive do qual é objeto de pesquisa do estudo acadêmico de 2023 sobre seu perfil no Instagram, que apontou como sua comunicação reforça papéis patriarcais históricos, sugerindo que a mulher ideal deve ser submissa, dócil e devota ao marido e à tradição (AGENDES, 2023, p. 197-201). Enquanto na Brasil Paralelo, Brito já participou de programas diversos, inclusive no Redpill<sup>34</sup>.

Por sua vez, Thaís Azevedo representa outra figura emblemática do antifeminismo, palestrante em eventos conservadores e voz presente em blogs e redes sociais. Azevedo ganhou projeção nacional ao participar também do 1º Congresso Antifeminista do Brasil, onde defendeu posições radicais contra o feminismo e a autonomia corporal feminina. Em sua argumentação, o feminismo é acusado de ser uma ideologia coletivista e anticristã, que instiga o ódio aos homens, promove o aborto e compromete os laços sociais fundamentais. Em redes e artigos, ela acusa o movimento feminista de ter “mentido desde sua origem”. Sua presença na

---

<sup>31</sup> Outras figuras do antifeminismo se faziam presente, mas esse primeiro projeto teria sido idealizado e organizado pela ex-feminista Sara Winter. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/congresso-antifeminista-une-cristas-amiga-pessoal-de-bolsonaro-homem-mais-machista.shtml>

<sup>32</sup> Ana Caroline Campagnolo em Instagram: “Salve na sua agenda: a II Conferência Antifeminista vai acontecer no dia 7 de março, em Florianópolis. O evento contará com o lançamento do meu novo livro e a ilustre presença da co-autora, a deputada portuguesa Rita Matias. Depois, seguiremos em turnê por mais 4 cidades: Curitiba, São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. Todos os encontros serão gratuitos!” Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DGBwdavSNQu/?img\\_index=5](https://www.instagram.com/p/DGBwdavSNQu/?img_index=5). Acesso em: 29 jul. 2025.

<sup>33</sup> Assembleia sedia o 1º Congresso Antifeminista de Santa Catarina. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/assembleia-sedia-o-1-congresso-antifeminista-de-santa-catarina](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/assembleia-sedia-o-1-congresso-antifeminista-de-santa-catarina). Acesso em: 29 jul. 2025.

<sup>34</sup> BRASIL PARALELO. FEMINISMO E AS PRINCESAS DA DISNEY - Red Pill [com Mariana Brito e Pietra Bertolazzi]. Youtube. Disponível em: [https://youtu.be/dAFgsCa1bXY?si=fye83jF5Z\\_x9Nxu\\_](https://youtu.be/dAFgsCa1bXY?si=fye83jF5Z_x9Nxu_). Acesso em: 29 jul. 2025.

Brasil Paralelo, como as demais, não se restringe ao documentário, uma vez que ela aparece em diversos vídeos, programas e entrevistas.

Entre os homens convidados, destaca-se Felipe Nery<sup>35</sup>, educador e fundador do Instituto Internacional de Educação Católica<sup>36</sup>, com atuação voltada à promoção de uma pedagogia cristã e tradicionalista, Nery se posiciona contra a chamada “ideologia de gênero” e defende a família como célula moral e natural da sociedade. Embora sua presença no documentário seja menos destacada que a das mulheres, seu discurso serve como reforço à aliança entre antifeminismo, doutrina religiosa e crítica à secularização da educação. Já Marcus Vinícius Lins, advogado e comentarista sobre temas como drogas e aborto<sup>37</sup>, figura como outro representante da ala conservadora. Sua atuação como professor nos cursos da Brasil Paralelo e seu discurso moralizante reforçam a estrutura argumentativa do documentário, em especial quando mobiliza o binarismo entre natureza e cultura para justificar posições contrárias ao feminismo, à legalização do aborto e às novas configurações familiares.

Assim, de forma geral, a escolha dos entrevistados em *A Face Oculta do Feminismo* (2022) revela um arranjo discursivo cuidadosamente orquestrado para apresentar o antifeminismo como projeto legítimo, articulado e até mesmo intelectualizado. De modo que as figuras selecionadas mesclam autoridade religiosa, *expertise* moral, militância política e capital midiático, operando como dispositivos de legitimação e como “testemunhas autorizadas” da crítica ao feminismo. Em outras palavras, são porta-vozes de um movimento que se pretende alternativo, mas que se ancora em fundamentos autoritários, patriarcais e normativos, projetando uma identidade coletiva que se alimenta do ressentimento e da nostalgia por uma ordem hierárquica perdida.

### 3.3 O público responde: os comentários como campo de recepção ativa

Se, por um lado, *A Face Oculta do Feminismo* (2022) oferece uma narrativa audiovisual cuidadosamente construída pela Brasil Paralelo, por outro, é na esfera das redes sociais que essa narrativa encontra eco, ressignificação e prolongamento, ou mesmo total identificação. Desse modo, a recepção do documentário por parte do público não se dá de modo passivo, mas

---

<sup>35</sup> Felipe Nery (@proffelipenery). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/proffelipenery>. Acesso em: 8 set. 2025.

<sup>36</sup> Instituto Internacional de Educação Católica. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/institutoeducacaocatolica>. Acesso em: 8 set. 2025.

<sup>37</sup> Marcus Vinicius Lins (@marcuslins.adv) Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/marcuslins.adv>. Acesso em: 8 set. 2025.

constitui um campo ativo de produção discursiva, no qual valores, afetos e identidades são reafirmados, disputados e performados.

Assim, pretendeu-se a análise dos comentários publicados nas páginas oficiais da empresa no Facebook (com mais de 900 mil seguidores) e no YouTube (com mais de 4 milhões de inscritos), especialmente naquelas postagens que foram utilizadas como divulgação do documentário, a fim de permitir observar os modos de apropriação e os sentidos compartilhados entre empresa e audiência. Desse modo os comentários utilizados nesta análise foram coletados a partir de quinze publicações no Facebook e sete vídeos no canal da Brasil Paralelo no YouTube, todos relacionados à divulgação, discussão ou repercussão do documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022). Tal qual o corpus analisado abrange aproximadamente 957 comentários no Facebook e 900 no YouTube, selecionados conforme critérios que descartaram interações que consistiam exclusivamente em emojis, marcações, respostas em múltiplos comentários ou links.

De maneira geral, observa-se uma recepção amplamente favorável ao conteúdo do documentário, com predominância de discursos que reiteram e, em muitos casos, radicalizam os argumentos centrais da narrativa antifeminista apresentada pela Brasil Paralelo. Por isso, a análise dos comentários publicados nas plataformas digitais da BP foi orientada por uma abordagem inspirada na netnografia,<sup>38</sup> entendida como uma adaptação dos princípios da etnografia à investigação de culturas e práticas sociais mediadas por redes digitais. Em vez de observar interações presenciais, a netnografia permite mapear dinâmicas discursivas, afetivas e identitárias a partir de registros públicos de usuários em ambientes online. Assim, neste estudo, os comentários selecionados foram coletados a partir de postagens e buscou-se compreender como o público da empresa recebe, interpreta e (re)significa os discursos mobilizados pela produtora, observando os modos como se articulam valores morais, ressentimentos pessoais e pertencimentos ideológicos.

Aliado a isso, a análise do discurso se mostrou essencial para aprofundar a compreensão das estratégias retóricas que sustentam e reproduzem a narrativa antifeminista entre os públicos da Brasil Paralelo. Mais do que identificar conteúdos explícitos, essa abordagem permite captar

---

<sup>38</sup> A netnografia é uma adaptação da etnografia para os contextos digitais. O termo, cunhado por Robert Kozinets no final dos anos 1990 e nasceu principalmente ligado a pesquisas em marketing, consumo e comunidades de fãs online. Assim como a etnografia tradicional, busca uma descrição densa (Geertz, 1978) das práticas sociais, mas focada nas interações mediadas por computador. Na prática, a netnografia envolve observação e em certa medida a participação em comunidades digitais, que podem variar do pesquisador mais distante (lurker) ao mais engajado (insider), mas é uma forma de compreender como as interações e identidades se constroem no digital, reconhecendo que as práticas online não estão separadas da vida offline, mas articuladas a ela. (apud. POLIVANOV, 2013)

os sentidos subjacentes que emergem nos enunciados, como os silenciamentos, as repetições, os marcadores identitários e os apelos morais, revelando como se constroem posições de sujeito, alianças afetivas e fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”. Ao articular a netnografia à análise do discurso, torna-se possível evidenciar não apenas o que é dito, mas como é dito e a serviço de quê, iluminando as formas pelas quais esses discursos produzem efeitos de verdade, reforçam estruturas de poder e naturalizam hierarquias sociais sob o manto da autenticidade e da resistência.

Assim, em primeiro lugar, ao observar mais detidamente as postagens utilizadas como corpus no Facebook, nota-se que o engajamento variou significativamente a depender do tema abordado. Isto é, das quinze postagens analisadas, onze dificilmente ultrapassavam a marca de cem comentários. Entretanto, quando os recortes de divulgação da empresa abordavam a figura de Valerie Solanas e o seu *Manifesto Scum*<sup>39</sup>, ou quando se mobilizava o discurso da “destruição da família”<sup>40</sup>, aqui se utiliza a partir de um trecho de um debate sobre *Família, Religião e Política* na CLASCO TV<sup>41</sup> protagonizado por Amanda Palha (travesti e comunista), os números saltavam para a casa das centenas de comentários, configurando-se como pontos de maior reverberação.

Nesse sentido, o que se observa a partir desse aumento no volume de engajamento é, em primeiro lugar, que a crítica à sua postura feminista foi frequentemente entrelaçada a ataques à suposta aparência das militantes, marcada discursivamente como “masculinizadas”, de modo que o antifeminismo se articulou também a formas veladas de misoginia e homofobia. Por exemplo, em falas sobre: “se ela estivesse descarregando um caminhão de sacos de cimento mudaria de ideia”<sup>42</sup> ou de uma suposta inveja que as mesmas mulheres teriam sobre os homens. Já no caso do trecho sobre família, as manifestações foram ainda mais explícitas, com a presença de discursos homofóbicos direcionados a Amanda Palha. Tal qual, se observou uma

<sup>39</sup> Totalizando 353; 105; 110 comentários respectivamente. Ver: BRASIL PARALELO. *A face oculta do feminismo*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/>. Acesso em: 20 jun. 2025; BRASIL PARALELO. *Valeria Solanas e o manifesto SCUM*. Facebook, 23 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN>. Acesso em: 20 jun. 2025; BRASIL PARALELO. *A mulher que queria destruir os homens*. Facebook, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/531006948599470>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>40</sup> Totalizando 435 comentários. BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>41</sup> O debate tem como mesa composta por Amanda Palha (militante transfeminista e marxista), Flávia Biroli (cientista política) e Henrique Vieira (pastor e historiador), com mediação de Andrea Dip (Agência Pública). CLASCO TV. *FAMÍLIA, RELIGIÃO E POLÍTICA | Amanda Palha, Flávia Biroli e Henrique Vieira*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TAtZVU7LQhc>. Acesso em: 2 set. 2025.

<sup>42</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *Valeria Solanas e o manifesto SCUM*. Facebook, 23 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN](https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN). Acesso em: 20 jun. 2025.

participação mais significativa de comentaristas homens nesse caso<sup>43</sup>. Em síntese, essa breve análise quantitativa revela como a mobilização de determinados recortes narrativos potencializa a emergência de discursos de ódio e legitimações morais, especialmente quando relacionados a gênero e sexualidade por parte do público consumidor da empresa.

Enquanto, no caso do YouTube, embora a identificação quantitativa do gênero dos comentaristas seja mais difícil de estabelecer, a lógica de engajamento reproduz um padrão já observado na outra plataforma. Ou seja, vídeos de caráter institucional, como *teasers*, falas do diretor e materiais dos entrevistados, tendem a gerar menos comentários, enquanto cortes que tematizam a figura de Valerie Solanas<sup>44</sup> ou “as falácia do feminismo”<sup>45</sup> alcançam maior repercussão, consolidando-se como os principais catalisadores de debate e mobilização afetiva entre os inscritos.

Desse modo, ao analisar os comentários coletados, observa-se a recorrência de certos padrões discursivos que sustentam e radicalizam a narrativa antifeminista do documentário. Começando pela patologização das feministas, frequentemente descritas como “loucas”, “psicopatas” ou “doentes mentais”. Essa retórica de desqualificação também aparece em expressões como “mal-amadas” ou “frustradas”, que deslocam o feminismo de um campo político para uma dimensão de desvio individual e emocional, enquadrando suas militantes como mulheres incapazes de estabelecer uma vida afetiva estável e por isso “revoltadas”.

O que, nesse sentido, reverbera as críticas de Scott (1995), ao teorizar sobre gênero como categoria analítica, a autora fornece uma lente produtiva para compreender os comentários homofóbicos e misóginos encontrados. Uma vez que o gênero é uma “forma primeira de significar as relações de poder”, isto é, não apenas uma diferença entre os sexos, mas um princípio de organização social. Ou seja, quando os comentaristas vinculam feminismo a “doença mental” ou “possessão demoníaca”, estão justamente disputando a significação do poder, tentando reinscrever o feminino dentro de um campo simbólico de inferioridade e ameaça. Onde a categoria “mulher”, nesse caso, é mobilizada como fronteira para sustentar uma

---

<sup>43</sup> Aqui foram analisados 353 comentários dos quais cerca de 208 foram feitos por homens (aproximadamente 59% do engajamento do post). Ver: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>44</sup> Totalizando 1146 comentários. BRASIL PARALELO. *Scum: o manifesto de Valerie Solanas - “a mulher mais feminista do mundo”*. Youtube, 1 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zAwZz1b8l1w>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>45</sup> Totalizando 355 comentários. BRASIL PARALELO. *Documentário desestrói uma das falácia mais famosas do feminismo*. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PL94Rhjetu4>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ordem social hierárquica e a rejeição às feministas não é mero preconceito individual, mas a expressão de uma luta política e simbólica pela manutenção de um regime de gênero.

Paralelamente, muitas mulheres que comentam sobre os vídeos enfatizam não se sentirem representadas pelo feminismo, o que revela um esforço de reafirmação de sua própria identidade feminina em oposição ao movimento. Ao destacar o orgulho de serem “sensíveis”, “mansas” ou acolhidas “pelos braços fortes do esposo”, tais comentaristas não apenas recusam a identificação com o feminismo, como também reafirmam um ideal normativo de feminilidade ancorado em papéis tradicionais de gênero. Esse movimento, no entanto, abre espaço para a problematização da própria noção de “feminino”: afinal, o que define ser “feminina”? Essa questão aparece de forma indireta na medida em que a reafirmação identitária das comentaristas depende, em grande medida, de uma oposição ao “modelo distorcido” de feminilidade atribuído às feministas.

“Amo ser mulher e ser acolhida pelos braços fortes do meu esposo, gosto de ser sensível me sinto mais forte. esse tal feminismo é e foi só uma mulher frustrada, Que não soube encontrar em um homem o caminho do seu coração. O engraçado é que querem destruir os homens e se parecer com um, é pra rir né”<sup>46</sup>

“Gente. Qto ódio dos homens... Amo é sou grata ao meu Pai q me deu carinho e me ensinou muito... Amo meu esposo que me trata com amor, respeito e me motiva. Também amo meu filho que se tornou um homem íntegro, honesto e respeita tanto homens qto mulheres... Não iria querer viver em um mundo só de mulheres pois acho tanto os homens qto as mulheres fantásticos... somos criação divina.”<sup>47</sup>

“Ser feminina ou feminista? Tenho duas filhas e as eduquei para, se possível, manter o equilíbrio. Agora a escolha é delas e as apoiarei.”<sup>48</sup>

Outro caminho de diálogo se abre com a crítica de Wittig (2019) à noção de “mulher” como categoria natural. Ao observar os comentários de mulheres que afirmam não se sentirem representadas pelo feminismo e que exaltam papéis tradicionais de feminilidade, nota-se a força da categoria “mulher” enquanto construção política que aprisiona os sujeitos em expectativas de gênero. Assim, não existe “a Mulher”, mas uma classe social produzida pela heterossexualidade compulsória. Então, quando comentaristas reivindicam orgulho de serem “mansas” ou “acolhidas pelos braços fortes do esposo”, elas reproduzem o mito da Mulher que

---

<sup>46</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/> Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>47</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/> Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>48</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=503500841243921>. Acesso em: 20 jun. 2025.

a autora denuncia: uma identidade naturalizada e normativa, construída justamente para manter a subordinação.

De forma complementar, outro eixo recorrente nos comentários é o da religiosidade, que estrutura boa parte do imaginário antifeminista. Aqui o feminismo é frequentemente relacionado à ausência de Deus, à ação do diabo e até mesmo à possessão demoníaca, como em comentários que afirmam que “a destruição da família sempre foi um projeto de Satanás” ou que descrevem as feministas como “servidoras do demônio”. Nesse sentido, a crítica ao movimento não se limita à esfera política ou social, mas é transposta para o plano espiritual, em que a luta contra o feminismo é interpretada como parte de uma batalha cósmica entre o bem e o mal, entre Deus e as forças do Diabo. Assim, um primeiro aspecto relevante é a aderência do público ao repertório moralizante mobilizado no documentário, termos como “família tradicional”, “valores cristãos” e “ordem natural” são recorrentemente evocados, articulando-se a uma visão binária do mundo: entre bem e mal, natureza e degeneração, verdade e manipulação. Nessa lógica, a submissão feminina é exaltada como virtude; a maternidade, como destino; e o feminismo, como ameaça espiritual e social, capaz de pôr em perigo a própria integridade moral da sociedade.

Assim, a narrativa se insere em uma estrutura discursiva de resgate moral, cujo centro é ocupado pela figura da empresa como “salvadora da verdade”:

“A destruição da família sempre foi um projeto de Satanás...e esses talvez não tenham nem a ideia que estão sendo usados por ele, Deus é mais poderoso, e está guardando aqueles que valorizam os princípios da família e o buscam em verdade !!”<sup>49</sup>

“Isso é ir totalmente contra a natureza do próprio DEUS.”<sup>50</sup>

“Mulher e mulher, não tem como ser igual ao homem, senão Deus criava só mulher. Seja feminina e não feminista. Sai fora revoltadas”<sup>51</sup>

“Uma doença mental, que o demônio implanta sobre as mulheres, está fora das leis de Deus”<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>50</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/> Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>51</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/1410082112757761>. Acesso em: 28 jun. 2025.

<sup>52</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *Valeria Solanas e o manifesto SCUM*. Facebook. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN](https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN). Acesso em: 25 jun. 2025.

“O feminismo é a coisa mais satânica de todos os tempos, que entrou sorrateiramente na cabeça das mulheres, até mesmo nas igrejas. Se libertar disso e viver a alegria de ser mulher é a melhor coisa da vida!”<sup>53</sup>

Esses comentários revelam uma dimensão afetivo-religiosa da recepção, em que o antifeminismo se torna também uma forma de fidelidade espiritual e compromisso moral. Afinal, a figura da mulher “rebelde” aparece como sintoma de um desvio civilizacional, enquanto o documentário é aclamado como instrumento de “despertar” ou de retorno a uma suposta essência perdida.

Por outro lado, como dito anteriormente, a relação entre feminismo e aparência física também é tema recorrente nos comentários. Frequentemente, militantes feministas são associadas a uma estética “masculinizada”, entendida como sinal de rejeição à feminilidade ou até mesmo como sintoma de inveja dos homens. Afirmações como “elas odeiam os homens, mas parecem homens” ou “para ser reconhecida, ela precisa se masculinizar?” traduzem essa leitura, na qual a *performatividade de gênero* das feministas é usada como argumento para invalidar suas pautas e produzir um estereótipo para ridicularização. Trata-se de um discurso que reduz a crítica feminista à aparência corporal, reforçando fronteiras simbólicas entre os corpos considerados “femininos” e aqueles vistos como desviantes.

Além de que esse conjunto de discursos se soma ainda a uma camada política e conspiratória bastante marcada. Nesse sentido, feminismo é constantemente aproximado do comunismo, do chamado marxismo cultural ou até mesmo de uma suposta “ditadura gay”, sendo apresentado como um projeto de destruição da família e de subversão da ordem social brasileira. Assim, comentários como o que associa feminismo e comunismo como “loucuras equivalentes” ou o que denuncia uma “ditadura gay anti-família” exemplificam esse processo de demonização política, no qual o feminismo é ressignificado como estratégia de dominação e ameaça nacional.

Entre os comentaristas homens, esses discursos se cruzam com referências mais claras ao universo MGTOW<sup>54</sup>, com citações mais diretas e marcadas pela visão de que as mulheres são ingratis, interesseiras ou invejosas do poder masculino. Tal qual, surgem ao lado de expressões abertamente misóginas, que classificam as feministas como “putas”, “invejosas” ou

---

<sup>53</sup> Comentário de usuário (feminino) em: *BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/> Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>54</sup> MGTOW (Men Going Their Own Way, no português, “Homens Seguindo Seu Próprio Caminho”) é um movimento que defende o abandono de relações com mulheres e de instituições sociais vistas como “corrompidas” pelo feminismo, eles buscam recuperar uma masculinidade “autêntica” ao rejeitar casamento, namoro e, em níveis mais radicais a interação social e trabalho formal com mulheres (LIN, 2017).

“carentes de sexo”, além de uma retórica homofóbica, que não apenas rejeita a diversidade sexual, mas chega a naturalizar a violência contra pessoas LGBTQIA+, especialmente nos debates em torno da família. Dito isso, no vídeo em que Amanda Palha defende a pluralidade de arranjos familiares, por exemplo, não foram raros os comentários que justificavam a eliminação de homossexuais como resposta legítima ao “ataque” à família. Nesses casos, a homofobia é apresentada como consequência lógica do discurso de defesa da família tradicional, vista como projeto divino e, portanto, intocável.

“Pq o normal é mutilar o corpo e querer agir de forma oposta a propria natureza, é muita burrice achar que familia é anti-natural quando você tem grupos de diversos animais incluindo primatas criando uma esfera familiar e vivendo nessa estrutura, que segundo a esquerda progressista é anti-natural... Esse video só mostra a burrice e a intolerancia desses grupos de militancia identitaria, que querem propagar seu achismo como verdade e impor a ditadura gay anti-familia querendo pros outros o que eles querem pra eles mas que ao mesmo tempo os outros a quem isto está sendo empurrado não querem. São violadores dos direitos dos outros quando o assunto é ser o oposto do que eles são. Bando de lixos asquerosos.”<sup>55</sup>

“Natural é homem barbado se sentir mulher! Natural é mulher com pelo nas axilas querer engravidar de outra mulher, normalidade perdeu o sentido, essa minoria maldita quer ditar regras e fazer com que as pessoas tradicionais engulam suas regras dominantes com o intuito de destruir os padrões! Não passarão!”<sup>56</sup>

“Engraçado né eles falam na cara larga que querem destruir a família, mas se alguém tomar partido e matar na paulada aí o Brasil é visto como homofóbico né?”<sup>57</sup>

Vale recuperar aqui as formulações de Preciado (2018; 2019), para quem os regimes sexuais modernos operam classificando corpos e práticas entre o “normal” e o “anômalo”, instaurando uma gestão biopolítica da sexualidade que organiza o que pode ou não existir. Em outras palavras, ao chamar feministas de “psicopatas”, “masculinas”, “sapatonas” ou ao pregar a eliminação de homossexuais, os comentaristas reproduzem essa lógica de normalização denunciada pelo filósofo, não se trata apenas de insultos individuais, mas da reafirmação de um regime político que define quais corpos e desejos são legítimos. Assim, a “anormalidade” atribuída tanto às feministas quanto às pessoas LGBTQIA+ é, portanto, efeito de uma tecnologia de poder que busca naturalizar a heterossexualidade e a família nuclear como únicas

---

<sup>55</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>56</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>57</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

formas aceitáveis de vida. Ainda, também a homofobia e a misoginia funcionam nesse sentido, como dispositivos de manutenção da ordem sexual dominante, que se apresenta como “natureza”, mas que na verdade é uma construção cultural e política.

De maneira complementar, um outro conjunto expressivo de comentários se organiza a partir de experiências pessoais marcadas por ressentimento, entre conflitos afetivos, divórcios, alienações parentais e frustrações conjugais, são reinterpretados à luz da crítica ao feminismo, que aparece como catalisador de desestruturação individual e familiar. Nesse caso, o documentário funciona como espelho identitário e instrumento de elaboração simbólica do sofrimento, oferecendo explicações totalizantes e moralizadas:

“É notório para mim que as feministas em sua grande maioria, são mentalmente fracassadas. São revanchistas porque simplesmente não foram capazes de dominar alguém (em sua maioria do sexo oposto, claro). Por isso notamos em suas manifestações que a maioria das feministas não se dão muito bem com a ‘Beleza Feminina’. A maioria é maltrapilha, de vocabulário rasteiro, de gestos marginais, fétidas e sem senso do ridículo. Talvez a melhor maneira de classificar uma Feminista hoje, seria a similar ‘Mulher Mal Amada’. Mas, há como salvá-las ainda. No entanto, dependerá só delas.”<sup>58</sup>

“Esse é o problema do feminismo... as maiores feministas eram Lésbicas, não representam a mulher, eram indivíduos conturbados e frustrados com sua realidade, percebo bem o que define essas pessoas extremistas em qualquer assunto que seja, são seres que se sentem inferiores, feios, indesejáveis e incapazes... uma realidade pessoal muito negra e tétrica... essa é a raiz de todo extremista e psicopatas”<sup>59</sup>

Essas declarações demonstram como a recepção é atravessada por afetos negativos que são canalizados contra o feminismo enquanto alvo privilegiado. Tais afetos, segundo Brown (2019), são centrais na constituição de comunidades políticas reativas, que encontram coesão não na identificação com valores propositivos, mas na oposição comum a um inimigo cultural.

Ainda é recorrente nos comentários analisados a articulação de teorias conspiratórias ou de fanatismo político, especialmente as que envolvem o “marxismo cultural”, o comunismo e a doutrinação de esquerda. Nessa perspectiva, o feminismo não aparece como um movimento social legítimo, mas como uma estratégia ideológica de dominação. O documentário, nesse caso, é visto como um dispositivo de “desprogramação” ideológica:

---

<sup>58</sup> Comentário de usuário (masculino) em: BRASIL PARALELO. *Valeria Solanas e o manifesto SCUM*. Facebook. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN](https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN). Acesso em: 25 jun. 2025.

<sup>59</sup> Comentário de usuário (feminino) em: BRASIL PARALELO. *Valeria Solanas e o manifesto SCUM*. Facebook. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN](https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN). Acesso em: 25 jun. 2025.

“Feminismo é cemitério, de longe é bonito, mas de perto fede.”<sup>60</sup>

“O feminismo assim como qualquer movimento coletivista precisa ser combatido, banido e proibido no Brasil.”<sup>61</sup>

“Ótimo trabalho que a Brasil paralelo vem realizando deveria ser matéria obrigatória nas faculdades ,escolas etc ,conteúdo sério informativo e com a verdade dia fatos documentários e muita informação para um país detonado pela mídia suja”<sup>62</sup>

Essa última dimensão da recepção reforça a ideia de que o discurso da Brasil Paralelo ressoa não apenas por seu conteúdo, mas por habilmente mobilizar uma lógica interna ideológica já sedimentada entre seu público, baseada na desconfiança, na polarização e na busca por pertencimento identitário em tempos de “reorganização epistêmica”.<sup>63</sup>

Por fim, embora em menor quantidade, foram identificados também comentários dissonantes, que criticam o teor do documentário ou denunciam sua retórica manipuladora. Em síntese, a análise dos comentários evidencia a existência de uma comunidade interpretativa coesa, altamente engajada e ideologicamente alinhada à missão da Brasil Paralelo. Como sugere Halbwachs (1990), a memória coletiva se ancora em quadros sociais que dão estabilidade e identidade a um grupo, assim a recepção dos documentários da Brasil Paralelo, manifestada nas redes sociais, mostra a constituição de uma comunidade que compartilha um mesmo repertório de lembranças e ressentimentos. Em outras palavras, a nostalgia de uma “ordem perdida” opera como memória social que fornece coesão simbólica e sustenta a identidade política desse coletivo. De modo que a recepção não é apenas um reflexo da produção, mas parte ativa da construção de sentidos, operando por meio de afetos moralizados, ressentimentos pessoais, alegorias religiosas e narrativas conspiratórias, cujo conteúdo do documentário serve, portanto, como catalisador de um pertencimento ideológico compartilhado, no qual a oposição ao feminismo se torna eixo estruturante de identidades culturais, espirituais e políticas.

---

<sup>60</sup> Comentário de usuário (masculino) em: *BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=503500841243921>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>61</sup> Comentário de usuário (masculino) em: *BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=503500841243921>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>62</sup> Comentário de usuário (feminino) em: *BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO*. Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/716662029594469/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

<sup>63</sup> A noção de “reorganização epistêmica” é desenvolvida por Cleto ao analisar como a plataformização produz um deslocamento nas hierarquias tradicionais do conhecimento e fragiliza a autoridade de especialistas. O autor explica que, nesse ambiente, usuários comuns e novos mediadores passam a competir com instituições científicas, jornalísticas e acadêmicas como fontes legítimas de interpretação da realidade, resultando na desestabilização dos regimes tradicionais de verdade. (CLETO, 2024).

### 3.4 Projeto de Sociedade: conservadorismo, anticomunismo e cristianismo no Brasil Paralelo

É a partir da análise do documentário e dos comentários de seus “espectadores” que se revela que a Brasil Paralelo não se limita à produção de conteúdos audiovisuais, mas elabora a construção de um verdadeiro projeto de sociedade brasileira. Uma vez que se trata de um movimento que articula a difusão de ideais, a formulação de uma missão ideológica e a defesa de um modelo normativo de conduta nacional, ao menos que implicitamente. Em outras palavras, delineia-se uma proposta de Brasil assentada sobre um duplo eixo: de um lado, o anticomunismo, que recupera imaginários e reatualiza a retórica da “ameaça marxista” como chave explicativa para crises sociais e políticas; de outro, o cristianismo, concebido como valor civilizatório capaz de não só fornecer parâmetros morais para a organização da vida coletiva, mas também como elo essencial, senão “natural”, da sociedade brasileira.

Nesse sentido, esse projeto de sociedade delineado pela Brasil Paralelo pode ser lido à luz da reflexão de Scott (1995) sobre a utilização do gênero como categoria política. Assim como nos exemplos históricos analisados pela autora, em que a diferença sexual foi mobilizada para justificar a autoridade de regimes e delimitar o papel das mulheres na esfera pública<sup>64</sup>, a BP recorre a representações naturalizadas de masculinidade, feminilidade e família como metáforas de ordem social e política. Desse modo, o anticomunismo e o cristianismo defendidos pela produtora se consolidam não apenas como eixos ideológicos, mas como discursos que vinculam a estabilidade da Nação à preservação de papéis de gênero tradicionais, em outras palavras, a defesa da “família” e a crítica à “ideologia de gênero” tornam-se, assim, estratégias para legitimar um modelo conservador de poder, em que a obediência e a hierarquia aparecem como virtudes cívicas, e a contestação feminista ou progressista é enquadrada como ameaça à nação.

Tal qual, pode ser situado em uma genealogia mais ampla da direita no Brasil, conforme mostra Gentile (2018), parte da ideia de que não existe uma “direita” única e homogênea no Brasil, mas um conjunto de experiências heterogêneas que, entretanto, compartilham um fio condutor: a tensão constante entre liberalismo e autoritarismo. Isto é, essa tensão atravessa toda

---

<sup>64</sup> A autora demonstra que, historicamente, as diferenças sexuais foram mobilizadas para legitimar a autoridade de regimes e estruturar o papel das mulheres na esfera pública. Ela exemplifica isso em diversos contextos: nos reinados de Elizabeth I e Catarina de Médici, nas analogias entre casamento e poder político na teoria política clássica, nas políticas autoritárias da Revolução Francesa, do regime nazista, da União Soviética e do Irã, bem como nas legislações e ideologias que reforçaram papéis de gênero em democracias e Estados de bem-estar social (SCOTT, 2025, 88-92).

a história contemporânea brasileira e funciona como eixo aglutinador da tradição direitista. Onde, para ele, não é apenas uma cópia do fascismo europeu, mas um campo ideológico e político que se adapta a diferentes conjunturas. Do mesmo modo que o anticomunismo, como demonstra Motta (2019), aparece como figura frequente na política brasileira. Segundo ele, não só serviu historicamente para justificar tanto o golpe de 1964 quanto a legitimação de regimes autoritários, e mais recentemente foi mobilizado em slogans e performances que opõem o “verde-amarelo” nacional ao “vermelho” da esquerda. Em outras palavras, a Brasil Paralelo recupera essa tradição, reencenando a narrativa da ameaça comunista como perigo permanente à integridade da nação e como justificativa para a rejeição de movimentos progressistas.

Nesse sentido, o que Motta (2000) demonstra é que o anticomunismo, ao longo do século XX, foi menos uma resposta imediata a ameaças concretas do movimento comunista, e mais um repertório discursivo utilizado para demarcar fronteiras simbólicas entre o “nacional” e o “antinacional”. Em outras palavras, surgia na política brasileira uma tradição, a partir anos dos 1930 e consolidada em 1964, que transformava a luta contra o comunismo em uma defesa moral da pátria, legitimando tanto o autoritarismo estatal quanto formas cotidianas de perseguição a adversários políticos. Isto é, o autor observa como se produziu um repertório de imagens e metáforas, do “perigo vermelho”, da ameaça estrangeira, da subversão da família e da moral, e se mostrou extremamente duradouro. Dessa forma, a Brasil Paralelo, ao recuperar essa narrativa, não apenas reedita os mesmos argumentos, mas reinscreve a ideia de uma nação permanentemente sitiada, onde o comunismo é evocado como metáfora de desordem e degradação social, e reforça um imaginário de guerra e mobiliza afetos de medo e ressentimento como forma de construir coesão política.

Da mesma maneira, se por um lado a direita brasileira, trata-se de uma direita “plural”, que convive com diferentes matrizes ideológicas, mas encontra unidade em sua oposição a determinados marcadores: feminismo, marxismo, diversidade sexual e secularismo. Aponta Gentile (2018) a emergência dos pentecostais como força política desde os anos 1970, e insere a religião diretamente no jogo institucional, tornando-a vetor de uma contraofensiva simbólica ao avanço de direitos civis e sociais conquistados por mulheres, LGBTQIA+ e movimentos negros. É plural também as vertentes conservadoras que se mobilizam nesse projeto, isto é: como argumenta Cowan (2014), a noção de “crise moral” articulada por lideranças evangélicas, desde os anos 1970, foi central para a formação da chamada “nova direita” brasileira. Em outras palavras, por uma retórica muito próxima à da Brasil Paralelo, o conservadorismo cristão (essencialmente batistas e assembleianos) vinculava violência, corrupção, sexualidade “desregrada” e secularização a uma decadência moral generalizada da sociedade.

De modo semelhante, o crescimento de movimentos conservadores no Brasil recente mostra que, ainda que mobilizem símbolos religiosos, sua força deriva de um conteúdo político-ideológico mais amplo. Tal qual, a leitura de Rocha (2020) sobre o movimento antiaborto ilumina esse ponto, uma vez que para a autora, tais mobilizações não são apenas manifestações de fé, mas contra-movimentos conservadores que, ao enfrentarem pautas feministas e de direitos humanos, articulam um discurso de unidade moral que transcende confissões religiosas. Do mesmo modo, a BP convoca um público amplo em torno de símbolos religiosos e valores familiares, mais como estratégia de agregação política do que como pregação confessional.

Ainda, é a partir de Ferreira (2023) que se pode ampliar essa análise, pois ao evidenciar como a ascensão da extrema direita no Brasil se apoiou na associação entre fundamentalismo religioso e retórica moralista, acionando uma linguagem política que se pauta em valores antidemocráticos e na mobilização de preceitos morais como se fossem universais. No caso da Brasil Paralelo, pode ser compreendido nessa chave: ao mobilizar um cristianismo de combate e o fantasma do comunismo, a empresa desloca o debate público para uma lógica de guerra moral, na qual a pluralidade democrática é enfraquecida em nome da preservação da “verdadeira nação”. Trata-se de uma estratégia discursiva que restringe a democracia a mero instrumento de manutenção de relações de poder, reforçando hierarquias sociais e culturais pré-existentes (FERREIRA, 2023, p. 62-69).

Esse movimento não surge no vazio. Como mostra Henriques (2003), desde as eleições da década de 1980, o campo religioso cristão, sobretudo evangélico e católico carismático, tem produzido novas formas de identificação política, nas quais a pertença religiosa se torna critério decisivo para a escolha de candidatos e para a construção de bancadas parlamentares. Assim, a Brasil Paralelo, nesse sentido, funciona como mediadora simbólica: não disputa diretamente cargos eletivos, mas oferece um repertório narrativo que legitima o voto conservador, naturalizando a associação entre fé cristã, anticomunismo e patriotismo. Então, ao projetar o inimigo “vermelho” como ameaça permanente, a produtora reforça um padrão de mobilização que se consolidou nas últimas décadas, no qual o religioso se converte em linguagem política de massas.

Vale lembrar que essa instrumentalização não é inédita, Quadros (2013) demonstra como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) já havia articulado, desde os anos 1960, um discurso católico ultraconservador, antimoderno e anticomunista, com grande capacidade de mobilização social e política. Por exemplo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 1964, exemplifica como a retórica religiosa foi convertida em força de massas para legitimar um golpe de Estado (QUADROS, 2013, p.

197-206). Desse modo, a Brasil Paralelo, ainda que em outro tempo histórico, reatualiza essa lógica ao oferecer, em linguagem audiovisual e com apelo estético contemporâneo, uma narrativa que associa moralidade cristã e ordem social à rejeição do comunismo e do progressismo. Ademais, como observa Silva (2022), o cristianismo continua a exercer forte influência no cenário político atual, especialmente pela defesa de valores conservadores ligados à família nuclear e pela rejeição a pautas que desafiam esse modelo. Assim, a guerra cultural da nova direita, encampada por empresas como a BP, insere-se numa tendência mais ampla de ressurgimento do cristianismo como matriz normativa da política, fenômeno esse que desafia os limites do Estado laico e reforça uma política identitária ancorada no moralismo religioso.

Por fim, cabe ressaltar que a reatualização do imaginário anticomunista não pode ser dissociada de sua eficácia emocional. Como nota Motta (2019), o anticomunismo no Brasil sempre operou como linguagem afetiva e mobilizadora, mais do que como diagnóstico racional da realidade. Nesse sentido, a BP e outros atores contemporâneos atualizam esse repertório ao transformá-lo em produto cultural, disponibilizado em larga escala pelas plataformas digitais. Desse modo, a indústria conservadora, ao explorar algoritmos, redes sociais e formatos audiovisuais atrativos, potencializa a circulação de discursos que, se em outros momentos dependeram de marchas e púlpitos, hoje alcançam milhões de espectadores em suas casas.

Convém lembrar, ainda, que o cristianismo exerceu papel estruturante na formação social e política do Brasil desde a chegada dos portugueses. Segundo Quadros (2013), a Igreja Católica foi a religião oficial durante todo o período colonial e imperial, consolidando-se como parceira do Estado através do padroado régio, sistema que permitia à Coroa nomear bispos e controlar diretamente a vida eclesiástica. Nesse arranjo, não apenas consolidou o catolicismo como matriz cultural dominante, mas também conferiu à religião um lugar de poder simbólico e institucional que atravessou a construção da identidade nacional. Assim, mesmo após a Proclamação da República e a separação formal entre Igreja e Estado em 1891, o catolicismo seguiu influenciando a esfera pública, ora em defesa da ordem estabelecida, ora mobilizando-se contra os “perigos modernos”, como o liberalismo, o laicismo e, posteriormente, o comunismo.

Assim, ao longo do século XX, essa presença se intensificou em diferentes frentes. Conforme Henriques (2003), a partir dos anos 1980, tanto católicos carismáticos quanto evangélicos pentecostais passaram a ocupar o espaço político de maneira mais sistemática, elegendo parlamentares e constituindo bancadas organizadas. Esse movimento representou uma inflexão decisiva: se o catolicismo fora historicamente o principal porta-voz religioso na política, a ascensão pentecostal ampliou o espectro cristão na esfera pública. Ainda assim, esses

segmentos convergiram em pautas conservadoras, sobretudo na defesa da família tradicional e na rejeição a projetos percebidos como comunistas ou seculares. Já no período recente, como demonstra Ferreira (2023), o cristianismo, especialmente em suas vertentes pentecostais e neopentecostais, foi central para a ascensão da extrema direita, oferecendo um repertório moral e simbólico capaz de traduzir crises políticas em linguagem religiosa. Surge então o discurso de um cristianismo mais combativo e a ideia de que o Brasil é uma nação essencialmente cristã, reforçando a exclusão de grupos progressistas e a articulação da retórica anticomunista.

Nesse sentido, a Brasil Paralelo ao mobilizar valores cristãos e narrativas anticomunistas, a empresa não inaugura algo novo, mas reatualiza uma tradição que remonta à colonização, passa pelo integralismo, pela TFP e pela bancada evangélica, e hoje ganha força no terreno digital.

Ao trazer o cristianismo como eixo estruturante da proposta da Brasil Paralelo, é importante observar como essa narrativa se insere em um embate mais amplo entre feminismo e campanhas *antigênero*. Como apontam Carranza e Rosado-Nunes (2019), quando a Igreja Católica rotula os estudos de gênero como “ideologia”, o que se produz não é apenas uma desqualificação teórica, mas a construção de um inimigo político a ser combatido na esfera pública. Esse deslocamento do campo acadêmico para o terreno da disputa moral e política evidencia que a guerra cultural promovida pela BP não é um fenômeno isolado, mas parte de um movimento transnacional de ofensiva *antigênero* liderado por grupos cristãos conservadores. Nesse sentido, a naturalização da família heteronormativa e a demonização do feminismo deixam de ser simples opções doutrinais e passam a operar como dispositivos de poder, legitimando projetos políticos autoritários em nome da defesa da “ordem natural”.

Do mesmo modo, ao analisar o mito da “ideologia de gênero” no bolsonarismo, Miguel (2021) mostra como o discurso da extrema-direita brasileira ressignifica antigas tradições anticomunistas para instaurar um novo “pânico moral”. O que está em jogo, mais do que a crítica a teorias acadêmicas, é a mobilização de afetos como medo e ressentimento diante do avanço de pautas feministas, LGBTs e antirracistas.

Se, por um lado, o catolicismo e o pentecostalismo político oferecem a matriz moral para essa reação conservadora, por outro, o discurso da BP a transforma em produto cultural, capaz de circular com leveza estética e retórica de autenticidade. Como lembram Carranza e Rosado-Nunes (2019), o Estado moderno também atua como regulador das categorias de gênero, definindo juridicamente quem pode ser reconhecido como homem, mulher ou outro. Nesse sentido, a ofensiva antigênero não se limita a uma disputa teológica, mas busca capturar

o Estado e suas políticas, seja por meio da pauta antiaberto, seja pela censura a conteúdos escolares, como a guerra contra “ideologia de gênero” nos currículos da educação básica.

Da mesma forma, Motta (2000) destaca que, no Brasil, a base da mobilização anticomunista esteve ancorada sobretudo no catolicismo, o que conferiu ao combate ao comunismo um caráter moral e religioso. Esse traço distingue o anticomunismo brasileiro de outras experiências, nas quais o liberalismo teve maior protagonismo. No entanto, longe de ser apenas importação de modelos estrangeiros, a associação entre fé e luta anticomunista no Brasil gerou elaborações próprias, como a ritualização da “Intentona Comunista” de 1935, transformada em símbolo permanente da ameaça vermelha.

Onde, de modo geral, esse fenômeno quase religioso enquadrava-se no neoconservadorismo no Brasil, intensificado a partir de 2016, que se ancora em crises sociais, econômicas e políticas para propor a preservação de tradições e a defesa de uma moral religiosa como alicerces da ordem social. Nesse quadro, a BP cumpre um papel de produtora cultural da nova direita, transformando disputas políticas em guerras culturais e fortalecendo a identificação de seu público com um projeto que é ao mesmo tempo anticomunista, reacionário, cristão e conservador. A partir de então, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de conteúdos audiovisuais com viés conservador, mas como parte de uma engrenagem mais ampla que atua na chamada guerra cultural. Trata-se de um embate simbólico e ideológico que se desdobra sobre os sentidos da história, da ciência, da moralidade e da própria noção de verdade.

Autores como Cleto (2024) e Britto (2023) demonstram que a Brasil Paralelo se posiciona como uma espécie de *think tank* audiovisual voltado à formação de uma consciência política ultraconservadora. Onde a empresa constrói autoridade não a partir da chancela acadêmica, mas da rejeição às instituições tidas como “corrompidas”, como a universidade, a imprensa e os movimentos sociais. Aqui, essa lógica de enfrentamento se ancora numa estética da autenticidade e numa retórica de perseguição, elementos centrais no repertório discursivo da extrema direita contemporânea. Nesse contexto, o conservadorismo defendido por essas figuras se mostra menos como defesa de uma tradição estável e mais como um reacionarismo ativo, que busca restaurar uma ordem moral imaginada e supostamente perdida, como apontam Chaloub (2023).

Mas também cabe destacar que essa articulação entre conservadorismo moral, cristianismo político e anticomunismo militante não é um fenômeno isolado do Brasil. Por exemplo, Brown (2019) argumenta que a ascensão das novas direitas no Ocidente resulta da fusão entre neoliberalismo e moralismo tradicionalista, compondo uma política antidemocrática

que se legitima pela promessa de restaurar valores familiares, religiosos e nacionais. Assim, a BP, portanto, insere-se em uma tendência global, mas com uma particularidade brasileira: a reatualização de tradições de longa duração da direita nacional.

Tal qual, a guerra cultural se operacionaliza principalmente por meio das plataformas digitais, onde a circulação de discursos não obedece mais à mediação de instituições tradicionais, mas à lógica algorítmica de engajamento. Como observa Britto (2023), o apelo emocional, a simplificação da realidade e a produção de inimigos simbólicos, como o feminismo, o “marxismo cultural” ou o globalismo, são estratégias recorrentes para mobilizar ressentimentos, construir identidades políticas e impulsionar essa polarização. Nesse terreno, a radicalização não é um desvio, mas uma tática, pois gera visibilidade, pertencimento e fidelização da audiência.

Além disso, um elemento pouco explorado é a compreensão do bolsonarismo enquanto fenômeno interclasses, no qual a Brasil Paralelo atua como mediadora simbólica. Como aponta Nunes (2022), o bolsonarismo não expressa apenas os interesses de elites ou periferias, mas o encontro de diferentes segmentos sociais unidos por gramáticas comuns (militarismo, anti-intelectualismo e anticomunismo) que convergem em torno da figura do “cidadão de bem”. Nesse sentido, a BP cumpre um papel crucial de tradução cultural dessas matrizes discursivas, fornecendo uma narrativa audiovisual que harmoniza contradições de classe ao transformar pautas diversas em uma luta moral unificada contra inimigos internos. Assim, o projeto de sociedade da produtora pode ser lido como uma peça fundamental no esforço de tornar a guerra cultural uma linguagem política capaz de falar tanto às elites quanto às camadas populares. Tal qual, destaca-se a importância de compreender o anticomunismo como narrativa totalizante, sua eficácia não reside na descrição de um inimigo real, mas na plasticidade que permite subsumir qualquer ameaça sob o rótulo de “comunismo” ou “marxismo cultural” (NUNES, 2022).

Desse modo, a análise do discurso, nesse cenário, torna-se ferramenta fundamental para compreender como esses enunciados produzem efeitos de verdade, mobilizam afetos e organizam o campo de disputas simbólicas. Longe de se tratar apenas de textos ou falas isoladas, os discursos constituem práticas que atravessam corpos, subjetividades e instituições (FOUCAULT, 1996). A partir de uma perspectiva foucaultiana, entende-se que o discurso é também um regime de saber-poder, que define o que pode ser dito, quem pode falar, e sob quais condições algo é reconhecido como verdadeiro ou legítimo (FOUCAULT, 1996). Ao compreender os discursos não apenas como linguagem, mas como práticas sociais que produzem sujeitos, verdades e exclusões, torna-se possível identificar como a religião é

mobilizada não apenas como crença pessoal, mas como tecnologia de poder. Como nos lembra Foucault (1996), o discurso não descreve a realidade: ele a constitui.

Nesse sentido, o cristianismo é ressignificado como dispositivo ideológico, capaz de conferir legitimidade moral à guerra cultural, ao passo que o anticomunismo fornece a linguagem do inimigo a ser combatido. Um exemplo evidente disso é quando se percebe nos comentários analisados a comparação do feminismo e da esquerda com o diabo, as obras malignas e outros mecanismos maniqueístas de valor cristão e pró-capitalista.

Ainda nesse sentido, Haraway (2019), ao propor abandonar totalizações como “a mulher” em abstrato, apostando em coalizões que reconheçam diferenças históricas e contextuais, evidencia com a figura do ciborgue que essas fronteiras são instáveis e disputadas, e que a política feminista contemporânea se fortalece justamente ao acolher multiplicidades, contrasta em como o antifeminismo conservador depende da simplificação identitária para sustentar sua legitimidade. De modo que a recorrente metáfora do ciborgue, inclusive mencionada no documentário diversas vezes, revela um jogo de imagens de dois projetos políticos distintos: um que aposta na fluidez e na reinvenção, outro que busca restaurar hierarquias rígidas. Em outras palavras, a disputa pela memória do feminismo, portanto, é também uma disputa de metáforas e visualidades de um ciborgue contra “mulher santa”.

Outro ponto que merece destaque é a convergência entre o antifeminismo digital transnacional e a narrativa da Brasil Paralelo. Isto é, entre os movimentos contemporâneos, como observa Lin (2017), surgem comunidades como o MGTOW, que partem da premissa de que os homens seriam vítimas de uma “sociedade ginecêntrica”, marcada por privilégios femininos e pela corrupção trazida pelo feminismo. Isso porque, segundo os adeptos do “MGTOW”, mulheres são vistas como “manipuladoras”, “hipergâmicas” ou “interesseiras” (LIN, 2017, p. 78-90), além de que há também uma dimensão de quase espiritualização do conflito que aproxima esses discursos, ou ao menos a um ethos de “redenção” masculina, quando a autora nota que dentro do movimento existem espécies de metáforas de “iluminação” ou de “próprio caminho”, misturados a uma nostalgia de uma masculinidade “autêntica”, cuja ideia de que os homens precisam se libertar de um sistema corrupto e restaurar sua soberania individual (LIN, 2017, p.78-89).

Em outras palavras, insere-se um ecossistema mais amplo de antifeminismos globais mediados pela internet. Seja pela BP, seja por comunidades específicas. Nesse mesmo sentido, vale retomar Connell e Messerschmidt (2013), que ao discutir o conceito de masculinidade hegemônica, não como um modelo fixo, mas uma posição de poder construída em relação a outras masculinidades e às feminilidades, legitimando a dominação masculina e naturalizando

hierarquias sociais. Acabaria também por naturalizar tais movimentos, tornando o MGTOW como uma das possibilidades de masculinidades, talvez ainda não hegemônica. Nesse sentido, o conceito permite perceber que práticas cotidianas e representações culturais não apenas refletem, mas produzem relações de poder entre homens e mulheres, além de estabelecer diferenciações entre os próprios homens, o que dialoga diretamente com os discursos conservadores contemporâneos que associam ordem social à preservação de papéis de gênero tradicionais.

Assim, por outro lado, evidencia-se que a masculinidade hegemônica se constrói na relação de poder com outras masculinidades e feminilidades, o projeto conservador da BP naturaliza papéis de gênero ao vinculá-los à ordem moral e à estabilidade da nação. Desse modo, a exaltação da “família tradicional” e a demonização da chamada “ideologia de gênero” podem ser lidas como formas de reafirmar uma masculinidade hegemônica, apresentada como universal e legítima.

Assim, a Brasil Paralelo se insere nesse contexto e traduz esses elementos em narrativas acessíveis e emocionalmente potentes, onde suas produções não se limitam a revisitar eventos históricos, mas reconfiguram sentidos, promovem revisionismos e constroem um imaginário nacional alternativo, que idealiza a ditadura militar, glorifica a família tradicional e demoniza tudo que se afaste dessa norma. Como aponta Cleto (2024), o projeto da BP é menos educativo e mais formador de uma nova sensibilidade política, marcada pelo medo da desordem e pelo desejo de retorno a um passado idealizado, passado este geralmente associado ao autoritarismo, ao moralismo e ao nacionalismo. Nessa lógica, o anticomunismo não apenas define os “inimigos da nação”, mas também molda os sujeitos políticos desejáveis: patriotas, religiosos, obedientes, alinhados a uma ideia de verdade revelada e incontestável. É por isso que o discurso da BP tende a tolerar vozes femininas apenas quando essas assumem posturas submissas ao projeto conservador, como no caso de Betty Friedan no documentário, e rechaça de forma agressiva autoras como Simone de Beauvoir ou Judith Butler, vistas como símbolos da desordem moral promovida pela esquerda.

Em suma, associado a esse moralismo religioso está o discurso anticomunista, reatualizado no século XXI com forte carga emocional e simplificadora. Onde o “comunismo”, ainda que utilizado de forma imprecisa, funciona como um espantalho ideológico capaz de aglutinar diferentes descontentamentos e de traduzir crises políticas em linguagem acessível. Como observa Motta (2019), trata-se de um recurso retórico com longa tradição no Brasil: desde a “Intentona Comunista” de 1935 até os golpes de 1937 e 1964, o anticomunismo serviu como linguagem comum para unir setores heterogêneos da direita, justificar práticas

autoritárias e legitimar ditaduras. No contexto recente, essa herança reaparece articulada ao antipetismo e ao conservadorismo religioso, condensando em slogans como “nossa bandeira jamais será vermelha” ou “lincha que é comunista!” (MOTTA, 2019, p. 75) uma recusa visceral à esquerda e às pautas de igualdade social. Assim, mais do que simples divergência ideológica, o anticomunismo brasileiro opera como chave simbólica e afetiva de mobilização, capaz de produzir medo e ressentimento social, reforçando uma visão de mundo que combina nacionalismo, moralismo cristão e defesa da ordem contra o “perigo vermelho”.

Tal qual Motta (2000) demonstra, a partir dos anos 1930, se consolidou no Brasil algo próximo a uma verdadeira “indústria do anticomunismo”, sustentada por jornais, editoras, panfletos e organizações civis que difundiam de forma permanente a ideia do “perigo vermelho”. De modo que, esse aparato não se restringia à propaganda oficial, mas envolvia também iniciativas privadas e religiosas, que transformaram a luta contra o comunismo em um mercado de ideias, sensações e imagens. Em outras palavras, o funcionamento dessa “indústria” evidencia que o anticomunismo não foi apenas reação episódica, mas um empreendimento sistemático, com capacidade de formar opinião pública e moldar percepções sociais por décadas. Assim, quando observamos a atuação da Brasil Paralelo, vemos a atualização dessa lógica, suas produções audiovisuais são parte de uma nova indústria cultural da direita, que se apropria de tecnologias digitais para difundir em larga escala narrativas revisionistas e moralistas. No que diz respeito ainda ao imaginário, Motta (2000) descreve como o comunismo foi associado a imagens demoníacas, à ideia de doença social, à ameaça estrangeira e ao risco de degradação moral em amplo aspecto. Ou seja, essa iconografia não era mero adorno retórico, mas operava como dispositivo pedagógico, ensinando o público a identificar e temer o inimigo. Assim, retorna atualmente sob novas linguagens, mas com funções semelhantes, as de gerar coesão em torno de projetos políticos, legitimar práticas de intolerância e oferecer narrativas simples para crises complexas.

Ou seja, “a cruzada” contra o “marxismo cultural”, termo vago e difuso, integra esse mesmo repertório simbólico e é frequentemente usada para deslegitimar produções acadêmicas, culturais e políticas que desafiam os fundamentos do patriarcado, do racismo estrutural e do heteronormativismo. Essa ofensiva discursiva não é apenas reativa, mas também propositiva: ela busca construir um novo senso comum ancorado na naturalização da desigualdade de gênero, na defesa da autoridade patriarcal e na negação de qualquer forma de reparação histórica. Como nos lembra Rago (2012), o feminismo, enquanto teoria, representa uma das principais frentes de enfrentamento a essa racionalidade conservadora. Ao propor uma crítica à

neutralidade do conhecimento e valorizar a experiência histórica das mulheres, ela desafia não apenas o conteúdo, mas as próprias formas de produção do saber (RAGO, 2012).

Nesse sentido, a “guerra cultural” é também uma disputa epistemológica, entre uma ciência engajada na transformação social e um projeto conservador que busca reestabelecer hierarquias e silenciamentos. Dessa forma, o conservadorismo atual não deve ser compreendido apenas como resistência a transformações sociais, mas como um projeto ativo de reconfiguração cultural. Nele, o cristianismo, o anticomunismo e a “ideologia de gênero” são mobilizados como dispositivos de poder que operam tanto na arena institucional quanto nos microssistemas sociais, buscando conformar subjetividades alinhadas aos valores da ordem, da obediência e da autoridade.

#### 4 A DESLEGITIMAÇÃO DO SABER: BRASIL PARALELO CONTRA UNIVERSIDADE E ESCOLA

No discurso da Brasil Paralelo, as mulheres e o feminismo aparecem como sintomas de uma crise mais ampla: a crise da própria produção de conhecimento. Em outras palavras, a produtora não apenas reinterpreta o passado das lutas feministas, mas o faz em função da deslegitimação das instituições responsáveis por elaborar e difundir saber histórico e social, em especial, a escola e a universidade. Ou seja, a narrativa antifeminista não se sustenta isoladamente, mas ganha força porque vem acompanhada de uma ofensiva contra o ensino e a pesquisa, acusados de “doutrinação” e “ideologização”. Assim, o ataque às teorias de gênero e o ataque ao espaço educacional são duas faces do mesmo projeto, que procura deslocar a autoridade do conhecimento científico para uma esfera midiática marcada por revisionismo, moralismo e mercado.

Dessa forma, o estudo sobre a atuação da Brasil Paralelo frente à universidade e à escola se impõe como tarefa urgente. Não se trata apenas de compreender como uma produtora audiovisual constrói documentários ou campanhas antifeministas, mas de analisar como ela disputa a legitimidade da própria ideia de ciência, erigindo-se como alternativa educacional e como intérprete exclusiva da “verdadeira história”. Assim, tal operação remete a práticas mais antigas de desqualificação da produção acadêmica, do anticomunismo da ditadura militar às correntes internacionais de revisionismo, mas atualiza essas estratégias no contexto digital, convertendo o passado em arma política e a educação em campo de batalha. Como observa Carvalho (2021), a BP constrói sua imagem em oposição às universidades, apresentando-as como locais de “ideologização” e propondo-se como detentora de uma suposta “verdade histórica”, essa operação retoma práticas antigas de deslegitimação da ciência, identificáveis tanto no anticomunismo da ditadura militar quanto em tradições internacionais de revisionismo histórico. Essa operação, embora inserida no contexto digital contemporâneo, dialoga com dinâmicas mais amplas de disputa pelo passado, o ensino de História é hoje atravessado por guerras de narrativas, em que diferentes atores disputam representações do passado e produzem versões que rivalizam com a pesquisa histórica. Em tempos de negacionismo histórico, inclusive da própria ditadura civil-militar, essas disputas colocam em circulação memórias positivas do autoritarismo e fragilizam o direito à memória e à justiça, exigindo, como defendem as autoras, a reafirmação do rigor histórico como forma de resistência à produção de versões frágeis, carentes de fontes e de método (PEREIRA; GIL, 2024, p. 328-339).

A partir de então, a crítica da BP à universidade deve ser situada no contexto histórico mais amplo da fragilidade da democracia brasileira. Como lembra Chauí (2001), a sociedade brasileira carrega marcas de uma tradição autoritária em que o espaço público é constantemente capturado por interesses privados. Dessa forma, a ofensiva contra a universidade reitera esse traço ao substituir o debate científico e plural por arenas privatizadas de produção de sentido, como plataformas digitais ou *think tanks* alinhados ao mercado. Nesse processo, a empresa se apresenta como alternativa “libertadora”, mas, na prática, apenas reatualiza a lógica da tutela e do mando, típica da “cultura senhorial” que estrutura a desigualdade no país. Tal qual, essa crítica não ocorre em um vácuo, mas insere-se em uma tradição brasileira de manipulação do passado, como demonstram Pereira e Gil (2024), o ensino de História sempre esteve atravessado por disputas sobre memória e justiça, e durante a ditadura civil-militar foi instrumentalizado para impor narrativas oficiais, esvaziando seu caráter crítico, principalmente quando opera em nome de uma suposta “neutralidade científica”, que na verdade serve para impor consenso autoritário e deslegitimar a pluralidade pedagógica.

Da mesma forma, no campo estético, a BP combina linguagem de denúncia, simplificação narrativa e dramatização cinematográfica para criar impacto emocional. Como mostra Carvalho (2021), o documentário *1964: Entre armas e livros* estrutura-se em uma narrativa de combate, em que “especialistas alternativos” substituem a produção acadêmica. Ou seja, a ironia contra a universidade e a exaltação da “sabedoria popular” reforçam a dicotomia entre o saber acadêmico – retratado como elitista e corrompido – e o senso comum, elevado à condição de verdade autêntica. Segundo Rocha (2021), essa estratégia insere-se na tradição da nova direita brasileira, consolidada em torno da denúncia de uma suposta “hegemonia cultural esquerdistas”, de modo que dialoga ainda com Olavo de Carvalho e referências indiretas a Hayek e Mises, aproximando-se do ideário liberal e do conservadorismo moral. Ainda, Nunes (2022) argumenta que a nova direita opera menos pela coerência racional e mais pela mobilização de afetos, medo, ressentimento, ódio e esperança.

Assim, o embate entre BP e universidade, portanto, deve ser lido como parte de uma longa tradição de disputas em torno da escrita da história no Brasil. Como lembra Schwarcz (2019), desde o Império, instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram criadas para impor narrativas oficiais e silenciar memórias dissidentes. Assim, a novidade não é a deslegitimação da ciência em si, mas a forma como ela se reorganiza em um ambiente neoliberal e digital. Nesse sentido, a BP se insere em uma rede mais ampla de atores ligados às novas direitas, que combina *think tanks*, militâncias digitais e iniciativas voltadas ao público jovem e universitário, como o EPL/MBL e a Atlas Network (ROCHA, 2021). Tal qual, nesse

ambiente, ganha força a oposição entre a imagem de uma “universidade ideologizada” e a promessa de uma “verdade independente” que, como nota a autora, essa narrativa se sustenta em três frentes principais: a difusão da ideia de “marxismo cultural” por Olavo de Carvalho; a atuação de organizações pró-mercado como Atlas Network; e a popularização de uma estética revisionista, que se consolidou nos “guias politicamente incorretos” e no colunismo combativo dos anos 2000 (ROCHA, 2021).

Assim, autores como Pereira e Gil (2024) e Ramos (2010), ainda que não tenham a Brasil Paralelo como foco direto, oferecem ferramentas para compreendê-la a partir de estratégias que fragilizam a legitimidade da ciência: a simplificação de processos históricos, a personalização de causalidades e a equiparação entre opinião e evidência, que deslocam a atenção da interpretação e do método para “fatos” tomados como dados incontestáveis. Nessa lógica, a BP representa a universidade como espaço de “doutrinação”, ao vincular currículos críticos à “ideologia” e ao inverter o papel da escola de problematizar o passado em favor de um ensino “informativo”, não interpretativo. Para sustentar tal narrativa, invoca noções de “neutralidade” e “pluralismo” entendidas como mera justaposição de versões, em vez de debate metodológico. Como notam os autores, quando a interpretação é abandonada, a aula se converte em ritual memorialístico, e é justamente nesse ponto que o discurso da BP se conecta a tradições anti-intelectuais mais amplas, caracterizadas pela desconfiança em relação ao especialista, pela substituição da crítica pelo moralismo e pela confusão entre memória e história, traços que, já identificados em ciclos anteriores de negação do autoritarismo, retornam hoje sob a forma de um negacionismo escolar (PEREIRA, GIL, 2024; RAMOS, 2010; CARVALHO, 2021).

Em outras palavras, no campo midiático, a BP simplifica o debate histórico ao produzir narrativas que rivalizam com o conhecimento acadêmico, convertendo disputas complexas em versões polarizadas sobre o passado. Embora empregue recursos audiovisuais próprios da comunicação digital, sua operação se aproxima de “guerras de narrativas”: disputas simbólicas que produzem versões frágeis, carentes de fontes e de método, capazes de gerar memórias positivas de períodos autoritários ou de negar acontecimentos amplamente documentados, como a ditadura civil-militar (PEREIRA; GIL, 2024, p. 328-339). Além disso, como destaca Carvalho (2021), a disputa em curso não é apenas sobre versões do passado, mas também sobre os critérios de validação do conhecimento. Isto é, ao transformar desacordos acadêmicos em “conspirações” e ao promover autoridade paralela baseada em afetos (como medo, nostalgia e ressentimento), a empresa ajuda a corroer os laços de confiança necessários ao funcionamento democrático das instituições científicas e educacionais, fazendo com que cada vez mais,

professores sejam silenciados ou perseguidos, uma vez que o público passa a valorar fontes pelo apelo emocional e não pelo método.

De mesmo modo, como observa Chauí (2001), o “mal-estar na universidade” que atinge as humanidades e as ciências sociais decorre tanto da pressão neoliberal, que submete a pesquisa aos critérios de produtividade e utilidade mercadológica, quanto da recorrente declaração de sua “inessencialidade” no interior da própria instituição acadêmica. Assim, essa condição de marginalidade e até deslegitimização, denunciada pela autora, se atualiza hoje no movimento de sucateamento deliberado da historiografia promovido pela extrema direita, que procura enfraquecer a produção de conhecimento crítico sobre o passado em nome de uma narrativa oficial pautada por revisionismos, negacionismos e ataques sistemáticos à universidade pública. Nesse contexto, as humanidades não são apenas acusadas de improdutividade, mas também de ameaça ideológica.

Por outro lado, como lembra Bittencourt (2008), a história escolar e essencialmente o ensino de história, sempre foi atravessada por disputas sobre currículo e identidade nacional. No entanto, a novidade atual está na escala digital e na intensidade da ofensiva contemporânea, assim, a autora serve para ressaltar que a disciplina nunca foi mera transposição do saber acadêmico, mas resultado de disputas sociais e políticas. Tal qual a estratégia da BP, ao atacar a escola e o saber escolar, como espaço de “ideologização”, procura apagar essa historicidade, reduzindo a disciplina a um instrumento de manipulação e negando sua autonomia na produção de conhecimento. Assim, o embate não é apenas contra o feminismo ou a universidade, mas contra a legitimidade da escola enquanto produtora de saberes específicos necessários à formação cidadã.

Nesse sentido, cabe retomar também como Ramos (2010) lembra que a história se distingue da memória por sua capacidade de problematizar o passado, enquanto a memória tende a reafirmar identidades e afetos. De modo que, a BP atua de forma inversa: toma a memória como substituto da história, mobilizando-a seletivamente para criar uma pedagogia moralizante. Em outras palavras, ao apresentar lembranças idealizadas da família, da pátria ou da religião como se fossem “história verdadeira”, reforça esquecimentos deliberados e transforma o passado em arma política. Assim, o que está em jogo não é apenas o conteúdo histórico, mas a própria fronteira entre memória e história como formas de relação com o tempo.

Assim, a escola e a universidade, portanto, aparecem como trincheira decisiva da guerra cultural. Uma vez que não só a BP, mas seus aliados e outras representações da direita brasileira, disputam currículos e metodologias porque sabem que, ao controlar as formas de acesso ao conhecimento, podem moldar novas subjetividades políticas desde cedo. Tal ofensiva contra a

educação básica, articulada à perseguição à universidade, revela a amplitude do projeto, não se trata apenas de recontar o passado, mas de moldar o futuro. Nesse processo, a articulação entre “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” gera uma linguagem de corrupção moral que desloca debates curriculares legítimos, como direitos humanos, diversidade e passados sensíveis, para o campo do pânico moral. Essa operação contraria o “dever de memória”, concebido como justiça e reparação, enquanto no debate educacional, seus efeitos são visíveis, indo desde a pressão por conteúdos “apolíticos”, reanimação das agendas de homeschooling e vigilância/censura a docentes, de modo a esvaziar a dimensão ética e política da educação. Nesse ponto, o Ensino de História surge como um compromisso ético com a reparação histórica e com a preservação das experiências de violência, esse dever implica reconhecer os conflitos e tensões do passado, evitando versões simplificadoras que negam violações ou produzem “memórias positivas” do autoritarismo (PEREIRA; GIL, 2024, p. 334-339). Assim, quando versões frágeis e negacionistas ganham circulação pública, o papel da educação histórica torna-se ainda mais importante: reconstruir a relação entre conhecimento rigoroso, justiça e democracia, permitindo que estudantes compreendam a complexidade dos processos históricos e resistam à produção de narrativas distorcidas (PEREIRA; GIL, 2024, p. 328-329).

Ainda nesse sentido, um aspecto adicional e fundamental é como a ofensiva da BP contra universidades e escolas se articula à crescente mercantilização da educação. Uma vez que no Brasil, existe um empresariado que tem desempenhado papel central na formulação de políticas educacionais, principalmente para o ensino médio, transformando a escola pública em campo de experimentações privatizantes (KRAWCZYK, 2014). Nesse contexto, a BP soma-se a esse movimento, ao atacar a ideia de “saber ideologizado” para abrir espaço à venda de soluções privadas, pacotes pedagógicos empresariais ou conteúdos revisionistas digitalizados. Além disso, soma-se ainda como a produtora atua em um terreno já marcado por tensões históricas entre juventude e escola. Aqui, Dayrell (2007) lembra que a escola é vivida pelos jovens não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas também como lugar de sociabilidade e construção identitária. Em outras palavras, ao retratar a escola como corrupta ou “ideologizada”, a BP mina a confiança dos jovens na instituição pública e reforça a ideia de que apenas alternativas externas, cursos online ou redes privadas de formação, seriam legítimas fontes de saber.

Em outras palavras, ao mobilizar categorias como “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, a BP constrói uma narrativa de combate que transforma a educação pública em alvo de vigilância, censura e desconfiança, corroendo laços de confiança entre sociedade e instituições formativas. Nesse processo, a memória é manipulada como substituto da história,

apagando experiências de grupos subalternizados e reforçando identidades conservadoras em nome de uma suposta neutralidade. Em suma, compreender a Brasil Paralelo significa reconhecer que o embate em curso não se limita a conteúdos curriculares ou disputas narrativas, mas envolve a redefinição das fronteiras entre memória e história, ciência e opinião, esfera pública e privada. Trata-se de uma batalha epistemológica e política que coloca em risco não apenas a legitimidade da produção de conhecimento, mas também o papel da educação na formação de cidadãos críticos e na sustentação da democracia brasileira.

Tendo em vista esse cenário, cabe retomar Carvalho (2021), segundo o autor, vivemos em uma sociedade “pedagogizante”, na qual a aprendizagem histórica transborda os limites da sala de aula e se dissemina em outros meios de comunicação. Em outras palavras, museus, redes sociais, plataformas de streaming e produtos culturais diversos passam a oferecer narrativas sobre o passado que podem rivalizar com a aula de história. Nesse fenômeno, não só se amplia o acesso ao passado, mas abre-se espaço para narrativas simplificadoras, distorcidas, negacionistas ou simplesmente ideologicamente enviesadas que podem afastar o público da historiografia crítica.

Tal qual, é nessas iniciativas de divulgação histórica em mídias digitais, projetos de história pública e produtos de entretenimento que se evidencia um poderoso potencial educativo. Entretanto, como alertam Saraiva e Seffner (2024), esse poder é ambivalente, podendo inclusive deslocar a História em favor de “romances nacionais” gloriosos que apagam conflitos, violências e sujeitos subalternos. Ou seja, a atuação da produtora Brasil Paralelo nada mais seria que um exemplo desse fenômeno, afinal, constrói uma história pública que reforça hierarquias de gênero, sustenta valores morais conservadores e deslegitima o conhecimento universitário, convertendo o feminismo e a pesquisa acadêmica em inimigos simbólicos da “família tradicional”.

Desse modo, pensar a relação entre empresas de “história pública” e instituições educacionais revela tensões profundas. De um lado, produtoras como a Brasil Paralelo investem em conteúdos educativos e parcerias com escolas e universidades, cada vez mais se legitimando como mediadora do conhecimento histórico. Enquanto, de outro lado, a universidade e a escola enfrentam deslegitimização e cortes de espaço, visíveis na redução de aulas de História na educação básica e nas reformas curriculares recentes. Portanto, esse enfraquecimento institucional não só compromete a formação crítica dos estudantes, mas abre caminho para narrativas hegemônicas de mercado que se apresentam como “verdade alternativa”. Como mostram Saraiva e Seffner (2024), trata-se de um projeto político de extrema direita que desqualifica a produção acadêmica para impor uma história homogênea. Assim, a defesa da

História como campo de debate plural, metodologicamente sólido e socialmente relevante é tarefa urgente para educadores e pesquisadores, a fim de assegurar que o ensino do passado continue a servir à emancipação, e não à domesticação.

Diante desse cenário, para Domiciano et al. (2021), a proliferação de discursos negacionistas e revisionistas, potencializada pelas redes sociais e pelas “câmaras de eco”<sup>65</sup>, exige que o ensino de História atue como espaço de sensibilidade e alteridade, promovendo a reflexão crítica e a valorização da ciência. Tal qual, Saraiva e Seffner (2024) destacam que a extrema direita direciona seus ataques justamente à educação histórica e às instituições acadêmicas, acusando-as de “marxismo cultural” e buscando censurá-las. Nesse contexto, cabe às instituições formais resistir com práticas pedagógicas que confrontem a desinformação e desnaturalizem narrativas simplificadoras, reforçando métodos historiográficos rigorosos e o diálogo democrático. Do mesmo modo, Carvalho (2021) destaca que cabe a essas instituições, portanto, reforçar a centralidade da crítica historiográfica, formar professores capazes de dialogar com a cultura digital e criar estratégias para neutralizar a circulação de discursos desinformativos ou politicamente instrumentalizados. Uma vez que, ao reconhecer que a história pública disputa sentidos com o ensino formal, o autor defende uma prática docente que une rigor científico e abertura para as múltiplas linguagens contemporâneas.

Assim, o dever da memória adquire centralidade no ensino de História ao assegurar que as experiências coletivas não sejam apagadas ou distorcidas. Em outras palavras, para Saraiva e Seffner (2024), a extrema direita busca “ensinar a esquecer”, substituindo a historiografia crítica por narrativas heroicas que eliminam conflitos e sujeitos subalternos. Nesse contexto, preservar e transmitir a memória histórica é um ato de resistência que impede o silenciamento de derrotas, violências e lutas sociais. De modo similar, Domiciano et al. (2021) enfatizam que a valorização da memória e da ciência é essencial para enfrentar discursos negacionistas e revisionistas, sobretudo em tempos de polarização e disseminação de desinformação. Tal qual em Carvalho (2021), o ensino de História, quando articulado à memória, deixa de ser mera transmissão de fatos e se converte em instrumento de reflexão crítica, possibilitando que os estudantes percebam o passado como campo de disputa e compromisso ético. Isso significa, por um lado, disputar com as “formas públicas da história” a autoridade na produção de sentidos, e, por outro, criar estratégias didáticas que incorporem essas narrativas como objeto de análise, e não como inimigas a serem ignoradas (CARVALHO, 2021, p. 93-94). O autor reforça que a

---

<sup>65</sup> Os autores utilizam o conceito de câmaras de eco para designar espaços digitais em que os indivíduos tendem a ouvir apenas opiniões semelhantes às suas, criando isolamento e reforçando estereótipos e polarizações sociais (DOMICIANO et al., 2021, p. 47).

docência em História exige o domínio do método historiográfico e, ao mesmo tempo, a disposição para trabalhar com os repertórios culturais que circulam fora da escola (CARVALHO, 2021, p. 93-94).

Em suma, ensinar História é também cultivar a memória histórica coletiva, garantindo que experiências de violência, resistência e lutas sociais não sejam apagadas. Tal qual, preservar a memória não é mera celebração do passado, mas compromisso ético e político com a formação cidadã. Uma vez que, possibilita aos estudantes reconhecer a historicidade dos conflitos presentes e a pluralidade das narrativas sobre o que fomos e somos.

## 5 CONCLUSÃO

Por fim, a análise da atuação da Brasil Paralelo evidencia que a produtora não se limita a ocupar o espaço do entretenimento audiovisual, mas assume um papel ativo na conformação de disputas políticas, culturais e epistemológicas no Brasil contemporâneo. Desse modo, sua produção, em especial o documentário *A Face Oculta do Feminismo* (2022), mobiliza recursos narrativos e estéticos que articulam simplificações históricas, seleções parciais de fontes e especialistas “alternativos” para construir um projeto discursivo antifeminista. Ao mesmo tempo, que se movimenta através de uma deslegitimação do saber acadêmico e fragiliza a autoridade da escola e da universidade como instâncias de produção e difusão de conhecimento crítico.

Em outras palavras, esse processo insere-se no contexto mais amplo da chamada “guerra cultural”, na qual, como analisam Santos (2021), Britto (2023) e Cleto (2024), a nova direita brasileira instrumentaliza a memória histórica para sustentar uma visão de mundo ancorada no conservadorismo moral, no anticomunismo e na defesa da família tradicional. Ou seja, o feminismo, nesse quadro, não é apenas criticado, mas transformado em inimigo simbólico, operando como eixo organizador de ressentimentos e afetos mobilizados por discursos religiosos e moralizantes.

Assim, a investigação demonstrou que a Brasil Paralelo, ao produzir narrativas, inscreve-se em um projeto político-cultural que está diretamente ligado à reconfiguração das formas de historicidade e de memória coletiva. Tal qual, sua estratégia de deslegitimação da produção acadêmica e de questionamento do feminismo opera em um terreno em que, como indicou Hartog (2014), predomina o presenteísmo, a experiência do tempo dominada pela urgência do presente e pela dissolução das referências ao passado e ao futuro. Nesse regime, a história deixa de ser compreendida como campo crítico de mediação temporal e passa a ser manipulada como recurso imediato de legitimação ideológica. Tal qual, sob a ótica da historiografia cultural, Burke (2005) lembra que toda disputa política também é disputa simbólica. Ou seja, a Brasil Paralelo mobiliza códigos culturais amplamente compartilhados, como religião, família, moralidade e os reconfigura em chave midiática, inserindo-se naquilo que Chartier (2002) caracteriza como o jogo entre práticas e representações. Dessa maneira, cabe ao historiador que estuda a produtora não se limitar a “interpretar” o passado, mas observar como a mesma o reconstrói discursivamente, reorientando a recepção social e os modos de apropriação do conhecimento histórico. Uma vez que o autor, entende que as representações

não só expressam valores e interesses de quem as produz, como orientam práticas sociais de um grupo (CHARTIER, 2002).

Nesse sentido, a análise da produtora exige atentar à operação historiográfica formulada por Certeau (1982), para quem todo discurso histórico nasce de um lugar social, e em certa medida, está vinculado a práticas e se materializa em uma escrita que articula poder e saber. Em outras palavras, argumenta que escrever história, nesse sentido de narrativa, é sempre um gesto de autoridade, porque transforma o “outro” em objeto inteligível e, simultaneamente, institui o lugar de quem narra. Visto assim, o projeto da Brasil Paralelo só pode ser compreendido se visto como prática socialmente situada, que disputa autoridade epistemológica e busca impor um monopólio interpretativo sobre o passado. Ou seja, de um ator político-cultural que opera na fronteira entre entretenimento e disputa ideológica. De maneira que nada mais do que faz, é uma intervenção ativa no espaço público, que atua sobre sensibilidades, memórias e formas de sociabilidade. Isto é, em meio à guerra cultural em que a BP se insere, é também uma guerra pelo direito de dizer o que é “história”, quem pode falar em nome dela e quais memórias merecem ser preservadas.

De modo geral, a apropriação de narrativas revisionistas, a exploração estética do antifeminismo em *A Face Oculta do Feminismo* (2022), marcada por metáforas visuais e escolhas discursivas que associam o movimento a ameaça e degeneração, e a recepção engajada de seu público, sustentada por ressentimento e nostalgia, demonstram que a produtora atua na formação de uma cultura política pautada na rejeição ao saber acadêmico e na exaltação de valores moralistas. Desse modo, sua estratégia ultrapassa a crítica cultural e se consolida como projeto ativo de deslegitimização do saber científico e das instituições educativas, instaurando uma “história paralela” que fragiliza o papel social da escola e da universidade no Brasil contemporâneo.

Por fim, a pesquisa também evidencia a necessidade de repensar o papel dos historiadores e das historiadoras diante desse cenário. À medida que a disputa pela memória e pela verdade histórica se intensifica em ambientes digitais, torna-se necessário produzir outras linguagens, formatos e modos de circulação capazes de dialogar com diferentes públicos. Não se trata de renunciar ao rigor, mas de reconhecer que a difusão do saber histórico hoje exige criatividade, presença e permeabilidade às dinâmicas das plataformas. De modo resumido, o impacto da Brasil Paralelo não está apenas no que produz, mas na maneira como constrói uma comunidade engajada e reforça identidades políticas assentadas na desconfiança da ciência, no repúdio ao feminismo e na exaltação de uma moralidade conservadora.

## FONTES

**A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Direção: Guilherme Freire. Brasil: Brasil Paralelo, 2022. 59 min. Disponível em: <https://plataforma.brasilparalelo.com.br/playlists/a-face-oculta-do-feminismo/media/6266b254e42e0500ec1826f4>. Acesso em: 06 jun. 2025.

**AGÊNCIA AL. Assembleia sedia o 1º Congresso Antifeminista de Santa Catarina.** 08 mar. 2024. Disponível em:  
[https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/assembleia-sedia-o-1-congresso-antifeminista-de-santa-catarina](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/assembleia-sedia-o-1-congresso-antifeminista-de-santa-catarina). Acesso em: 29 jul. 2025.

**Ana Caroline Campagnolo (@anacampagnolo).** Instagram. Disponível em:  
<https://www.instagram.com/anacampagnolo>. Acesso em: 8 set. 2025.

**AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história.** Agência Pública, 17 jun. 2024. Disponível em:  
<https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia/>.

**BALLOUSSIER, A. V. Congresso Antifeminista une cristãs, “amiga pessoal” de Bolsonaro e “homem mais machista.** Folha Uol, 8 ago. 2018. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/congresso-antifeminista-une-cristas-amiga-pessoal-de-bolsonaro-homem-mais-machista.shtml>. Acesso em: 8 set. 2025.

**BRASIL PARALELO. A mulher que queria destruir os homens.** 21 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/brasilparalelo/videos/531006948599470](https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/531006948599470) Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A face oculta da principal ideologia do século.** Youtube, 2 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2rSyixR-TVY>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 14 set. 2023. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/280431764774837/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/675621816839977/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/1410082112757761>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=503500841243921>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/716662029594469/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/750475089931356/> Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. A FACE OCULTA DO FEMINISMO.** Facebook, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://web.facebook.com/brasilparalelo/videos/1253313511951508/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Conheça a “mãe” do protofeminismo: Mary Wollstonecraft.** Youtube, 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skdZ14mw1z0>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Documentário desconstrói uma das falácias mais famosas do feminismo.** Youtube, 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PL94Rhjetu4>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. É amanhã! A face oculta do Feminismo.** Facebook, 24 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=308443984751402&rdid=LcxRqFXnAZLiug2L](https://web.facebook.com/watch/?v=308443984751402&rdid=LcxRqFXnAZLiug2L). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Faltam 3 dias.** Facebook, 22 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=1773117689705696&rdid=mIwghluanpegGL9x](https://web.facebook.com/watch/?v=1773117689705696&rdid=mIwghluanpegGL9x). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. FEMINISMO E AS PRINCESAS DA DISNEY - Red Pill [com Mariana Brito e Pietra Bertolazzi].** Youtube, 23 out. 2021. Disponível em: [https://youtu.be/dAFgsCa1bXY?si=fye83jF5Z\\_x9Nxu\\_](https://youtu.be/dAFgsCa1bXY?si=fye83jF5Z_x9Nxu_). Acesso em: 29 jul. 2025.

**BRASIL PARALELO. Feminismo e outras ideologias.** Facebook, 1 mai. 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=2181892298653053&rdid=IFcrJdfpND94jCbd>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Nunca foi apenas uma questão de igualdade, liberdade e direitos.** Youtube, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=39JC0RdGO5s>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa.** 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

**BRASIL PARALELO. O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE O FEMINISMO | Conversa Paralela com Thais Azevedo e Cris Corrêa.** Youtube, 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWeFxKe4FF4>. Acesso em: 24 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. O que não te contaram sobre o feminismo | HOJE, às 20H.** Youtube, 31 out. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/lXl6uDfhBWY?si=Rlnw0p-vpUE584ts>. Acesso em: 24 fev. 2025.

**BRASIL PARALELO. Origens e as três ondas do feminismo.** Youtube, 30 abr. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=znsHJIJlfM>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Punho cerrado – o domínio do sexo, pelo sexo, cessado. Ideia que incendeia, chama, que consome e profana – vestes, rótulos, corpos,...** Facebook, 15 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=1370130180129861&rdid=1igEFnxKcg3JYjoi](https://web.facebook.com/watch/?v=1370130180129861&rdid=1igEFnxKcg3JYjoi). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Scum: o manifesto de Valerie Solanas - “a mulher mais feminista do mundo”.** Youtube, 1 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zAwZz1b8l1w>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Sobre Nós.** Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

**BRASIL PARALELO. Teaser - A Face Oculta do Feminismo.** Facebook, 25 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=353279233302560&rdid=PATMsYx77L8VhBze](https://web.facebook.com/watch/?v=353279233302560&rdid=PATMsYx77L8VhBze). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Valeria Solanas e o manifesto SCUM.** Facebook, 23 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN](https://web.facebook.com/watch/?v=692875591837316&rdid=s5GDKG9u8E7ItWPN). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Veja o que estão falando do novo Original BP.** Facebook, 30 abr. 2022. Disponível em: [web.facebook.com/watch/?v=1058994778034919&rdid=U3qqTgA3J1YWA4sw](https://web.facebook.com/watch/?v=1058994778034919&rdid=U3qqTgA3J1YWA4sw). Acesso em: 20 jun. 2025.

**BRASIL PARALELO. Você precisa assistir ao nosso novo filme sobre o feminismo.** Youtube, 2 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTxfxeWnmLE>. Acesso em: 20 jun. 2025.

**CABRAL, Julia. BRASIL PARALELO: o que é, o que faz e quem financia a produtora de extrema-direita.** Intercept Brasil, 28 nov. 2024. Disponível em: [https://www.intercept.com.br/2024/11/28/brasil-paralelo-produtora-de-extrema-direita /](https://www.intercept.com.br/2024/11/28/brasil-paralelo-produtora-de-extrema-direita/)

**CALCAGNO, V. “Feche as pernas”: o que pregam os participantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil.** O Globo, 14 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>. Acesso em: 8 set. 2025.

**Campagnolo, Ana Caroline. “Salve na sua agenda: a II Conferência Antifeminista vai acontecer no dia 7 de março, em Florianópolis.** (...) Instagram, 13 fev. 2025. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DGBwdavSNQu/?img\\_index=5](https://www.instagram.com/p/DGBwdavSNQu/?img_index=5). Acesso em: 29 jul. 2025.

**CANAL BRASIL PARALELO.** Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCKDjjeeBmdaiicey2nImISw>. Acesso em: 13 jun. 2025.

**CARAZZAI, Estelita Hass. Deputada eleita do PSL pede que estudantes denunciem professores contra Bolsonaro em sala de aula.** Folha Uol, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/deputada-eleita-do-psl-pede-que-estudantes-denunciem-professores-contra-bolsonaro-em-sala-de-aula.shtml>. Acesso em: 8 set. 2025.

**CLACSO TV. FAMÍLIA, RELIGIÃO E POLÍTICA | Amanda Palha, Flávia Biroli e Henrique Vieira.** Youtube, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TAtZVU7LQhc>. Acesso em: 2 set. 2025.

**Cris Corrêa (@crismarinacorrea).** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/crismarinacorrea>. Acesso em: 8 set. 2025.

**DIAS, Tatiana; MOTORYN, Paulo. Brasil Paralelo capta “mecenas” para combater a esquerda já chegou a 284 escolas e ONGs.** Intercept Brasil, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/11/27/brasil-paralelo-mecenas-escolas-ongs/>

**Felipe Nery (@proffelipenergy).** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/proffelipenergy>. Acesso em: 8 set. 2025.

**Instituto Internacional de Educação Católica.** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/institutoeducacaocatolica>. Acesso em: 8 set. 2025.

**Marcus Vinicius Lins (@marcuslins.adv)** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/marcuslins.adv>. Acesso em: 8 set. 2025.

**Mariana Brito Garschagen (@marianabrito).** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/marianabrito>. Acesso em: 8 set. 2025.

**PYL, Bianca. Às ‘margens da ciência’: Pesquisadora explica como a Brasil Paralelo surfou no processo de radicalização da direita.** Intercept Brasil, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/24/como-a-brasil-paralelo-surfou-na-radicalizacao-da-direita/>

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Conheça o Projeto Mecenas, a iniciativa social da Brasil Paralelo,** 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo>. Acesso em: 3 mar. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Conheça todos os cursos da Brasil Paralelo. Catálogo completo do Núcleo de Formação.** Brasil Paralelo, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/conheca-todos-os-cursos-da-brasil-paralelo-catalogo-completo-do-nucleo-de-formacao>. Acesso em: 8 set. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Conheça os professores da Travessia, nomes de confiança da Brasil Paralelo.** Brasil Paralelo, 10 mai 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/conheca-os-professores-da-travessia-nomes-de-confianca-da-brasil-paralelo>. Acesso em: 8 set. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Os Problemas Da Educação no Brasil – Entenda.** Brasil Paralelo, 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/educacao-no-brasil-e-seus-desafios>. Acesso em: 8 set. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Por que a Educação no Brasil é ruim? [Desafios].** Brasil Paralelo, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/educacao-no-brasil>. Acesso em: 8 set. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Projetos contra doutrinação escolar e ideologia de gênero avançam no Sul.** Brasil Paralelo, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projetos-contra-doutrinacao-escolar-e-ideologia-de-genero-avancam-em-santa-catarina>. Acesso em: 8 set. 2025.

**REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Quais são os grandes desafios da educação no Brasil.** Brasil Paralelo, 5 mai. 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/grandes-desafios-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 8 set. 2025.

**Thais Azevedo (@pagthais).** Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/pagthais/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

**TORRES, A. Professora de história antifeminista processa orientadora por “perseguição”.** Uol, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/03/31/professora-de-historia-antifeminista-processa-orientadora-por-perseguicao.htm>. Acesso em 08 set. 2025.

## REFERÊNCIAS

- AGENDES, Daniela S. Casamento, mulheres e antifeminismo no Instagram: uma Análise de Discurso do perfil de Mariana Brito Garschagen. **Tabuleiro de Letras**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 192–204, 2023. DOI: 10.35499/tl.v17i1.15390. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/tabuleirodeletras/article/view/15390>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- AQUINO, A. F. **Antifeminismo brasileiro: I Congresso Antifeminista do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BARBERO, Jesus M. **Dos Meios às Mediações; comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BRITO, K. O.; RODRIGUES JUNIOR, O. A cruzada “alternativa” da Brasil Paralelo: a história como instrumento da guerra cultural. **Sæculum - Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 45 (jul./dez.), p. 231–246, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.60386. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/60386>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- BRITTO, Marcos Corrêa de. **Brasil Paralelo e a construção do imaginário da extrema direita brasileira**. 2023. 151f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/20711>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019,
- BURKE, PETER. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 13º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARVALHO, Yuri Ferreira Mendes de. **Professor- e Adão e Eva?: os desafios do professor de história em seu compromisso ético e científico no século XXI (um estudo do Brasil Paralelo)**. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. 163 p. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62003>.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. **DoisPontos**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/dp.v19i2.87162. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/87162>. Acesso em: 2 set. 2025.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL - Difusão Editorial, 2002.

CHAUÍ, Marilena de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CLETO, Murilo Prado. **Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime Militar**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

COLETIVA CIBORGA. **Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 4 set. 2025.

COWAN, Benjamin A. ‘Nosso Terreno’ crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. **Varia Historia**, v. 30, n. 52, p. 101–125, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000100006>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

FELINTO, Erick. “Nenhum Brasil Existe”: Atmosferas Conspiratórias e Cosmovisão Reacionária nos Documentários da Brasil Paralelo. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [S. l.], v. 50, p. 1–13, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/208380>.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. A crise da democracia brasileira e o papel do extremismo político e religioso. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, v. 4, n. 9, p. 61–74, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/14465>. Acesso em: 2 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes 2008.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, vol. 25, núm. 1, 2018, pp. 92-110.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências Do Tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão.** São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HENRIQUES, Júlia Maria Pereira de Miranda. A dimensão política do cristianismo contemporâneo no Brasil. O que dizem as eleições. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 34, n.2, 2003, p. 88-98. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9827>. Acesso em 02 set. 2025.

JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens no cinema.** São Paulo: Senac, 2009.

KRAWCZYK, Nora. ENSINO MÉDIO: EMPRESÁRIOS DÃO AS CARTAS NA ESCOLA PÚBLICA. **Educação & Sociedade**, vol. 35, núm. 126, 2014, pp. 21-41. Disponível em: [www.redalyc.org/pdf/873/87330638002.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/873/87330638002.pdf). Acesso em: 05 set. 2025.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LIN, Jie Liang. Antifeminism Online MGTOW (Men Going Their Own Way). In: FRÖMMING, Urte Undine; KÖHN, Steffen; FOX, Samantha; TERRY, Mike (orgs.). **Digital environments: ethnographic perspectives across global online and offline spaces.** Bielefeld: Transcript Verlag, p. 77-96, 2017.

MIGUEL, L. F.. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira . **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021.

MOTTA, Rodrigo P. S. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In.: BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S (orgs.) **Pensar as direitas na América Latina.** São Paulo: Alameda, p. 77-97, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: [repositorio.usp.br/item/001104535](http://repositorio.usp.br/item/001104535). Acesso em: 28 ago. 2025.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário.** Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: Ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PEREIRA, Nilton M.; GIL, Carmem Z. de V. Ensino de história e o direito ao passado e à justiça. **Revista Tópicos Educacionais**, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 321-342, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/topicoseducacionais/article/view/263730>. Acesso em: 02 set. 2025.

POLIVANOV, B. B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, Heloísa B (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRECIADO. Paul B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUADROS, Marcos P. dos R. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 34, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5219>. Acesso em: 2 set. 2025.

RAGO, Margareth. **Gênero e história**. Compostela: CNT, 2012.

RAMOS, Franscisco R. L. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 82, p. 397–411, set. 2010.

ROCHA, Camila. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 36, p. 43–77, 2020. DOI: 10.21669/tomo.vi36.12777. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/12777>. Acesso em: 16 ago. 2025.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas; CARRANZA, Brenda Maribel. Fim de uma ordem: natureza, lei divina, feminismo. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 936, 2019. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2019v17n53p936. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/20508>. Acesso em: 8 set. 2025.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultroliberalismo e “guerra cultural”: “Brasil paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)**. 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5774>.

SCHWARCZ, Lilian M. (2019). **Sobre o autoritarismo brasileiro** São Paulo, SP: Companhia das Letras.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 15, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Thaiane F. da. Mídia, política e cristianismo no Brasil. **Revista Científica de Comunicação Social do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH) e-Com**, Belo Horizonte, v. 15, p. 123-144, 2022. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/ecom/article/view/3477>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise filmica.** 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Papirus, 2006.

WANDERLEY, Sonia. Memória, História E Ensino. **Revista Vozes Em Diálogo** (Ceh/Uerj), Nº4, 2009.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa B (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

